

v. 52 n. 1 (2025): Ética Conceitual e Engenharia Conceitual

Submetido em: 06 jun 2023  
Aceito em: 19 jul 2024Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional  
Os direitos autorais da publicação pertencem às  
respectivas autoras e/ou autores

## TRADUÇÃO

Desacordo e a semântica de termos normativos e avaliativos

*Disagreement and the semantics of normative and evaluative terms*David Plunkett<sup>1</sup>

Dartmouth College

Timothy Sundell<sup>2</sup>

University of Kentucky

César Schirmer dos Santos (trad.)<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Maria

## RESUMO

Argumentamos que muitas divergências sobre a ética conceitual não são expressas explicitamente. As negociações metalinguísticas são as instâncias mais importantes desse tipo implícito ou tácito. À primeira vista, essas disputas podem não parecer - nem para os próprios falantes nem para o teórico - refletir discordâncias sobre a escolha do conceito. Mas, de fato, elas refletem discordâncias sobre a escolha de conceitos. Muitas disputas que os teóricos pensaram que deveriam ser analisadas em termos do conteúdo literal compartilhado são, portanto, melhor analisadas como falantes que usam suas palavras de maneiras diferentes, defendendo (metalinguisticamente) seu uso preferido.

**Palavras-chave:** desacordo. ética conceitual. negociação metalinguística.

## ABSTRACT

We argue that many disagreements about conceptual ethics are not expressed explicitly. Metalinguistic negotiations are the most important instances of this implicit, or tacit, kind. Such disputes may not at first glance appear – either to the speakers themselves or to the theorist – to reflect disagreements about concept choice. But in fact they do reflect disagreements about concept choice. Many disputes that theorists have thought must be analyzed in terms of the shared literal content are thus best analyzed as speakers using their words in different ways, advocating (metalinguistically) for their preferred usage.

<sup>1</sup> E-mail: david.plunkett@dartmouth.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1293-5770>.

<sup>2</sup> E-mail: timothy.sundell@gu.se. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6244-1790>.

<sup>3</sup> E-mail: cesar.santos@ufsm.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7105-0118>.



**Keywords:** disagreement. conceptual ethics. metalinguistic negotiation.

## INTRODUÇÃO<sup>4</sup>

Em *A Linguagem da Moral*, R. M. Hare apresenta o que hoje é um caso famoso em metaética. Hare nos pede para imaginar um missionário que chega a uma ilha distante habitada por canibais. Assim como o missionário, esses canibais usam o termo ‘bom’ como um termo geral de elogio às pessoas e suas ações. No entanto, os canibais aplicam o termo ‘bom’ a diferentes tipos de pessoas e ações do que o missionário<sup>5</sup>. Como Hare escreve:

[E]les sabem que, quando ele usa a palavra, está elogiando a pessoa ou o objeto ao qual a aplica. A única coisa que eles acham estranho é que ele a aplica a pessoas tão inesperadas, pessoas que são mansas e gentis e que não coletam grandes quantidades de escalpos, enquanto eles próprios estão acostumados a elogiar pessoas que são ousadas e vigorosas e que coletam mais escalpos do que a média. (Hare 1991, 148)

Ao apresentarmos o caso de Hare, não endossamos os estereótipos perniciosos dos povos nativos nos quais o caso se baseia. Em vez disso, o apresentamos porque a discussão altamente influente de Hare sobre o caso (publicada originalmente em 1952) exemplifica uma forma comum de argumento filosófico em metaética - uma forma de argumento que se baseia em intuições de desacordo para chegar a conclusões semânticas - que será nosso foco neste artigo.

---

<sup>4</sup> Agradecemos a dois revisores anônimos da *Philosophers' Imprint*, Chris Barker, David Braddon-Mitchell, Josh Brown, Alexi Burgess, Sarah Buss, Fabrizio Cariani, Nate Charlow, Matthew Chrisman, Lenny Clapp, Terence Cuneo, Jorah Dannenberg, Stephen Darwall, Kenny Easwaran, David Ebrey, Andy Egan, David Enoch, Peter Galison, Jon Garthoff, Allan Gibbard, Thony Gillies, Sandy Goldberg, Bob Goodin, Mark Greenberg, Elizabeth Harman, Sally Haslanger, Frank Jackson, Chris Kennedy, John Ku, Brian Leiter, Adam Lerner, Dustin Locke, Don Loeb, Peter Ludlow, Kate Manne, Teresa Marques, Tristram McPherson, Eliot Michaelson, Kristie Miller, Daniel Nolan, Howard Nye, Alejandro Pérez-Carballo, Phillip Pettit, Peter Railton, Mark Richard, Mike Ridge, Paolo Santorio, Karl Schafer, Francois Schroeter, Laura Schroeter, Alex Silk, Sam Shpall, Michael Smith, Nicos Stavropolous, Isidora Stojanovic, Sharon Street, Kevin Toh, Pekka Väyrynen e Daniel Wodak. Versões deste artigo foram apresentadas a públicos na Universidade Nacional Australiana, na conferência Meaning, Context, and Implicit Content (Cerisy, 2011), na Universidade de Chicago, na Universidade de Houston, na Universidade de Kentucky, na Universidade de Leeds, no Logos Research Group da Universidade de Barcelona, na Universidade Monash, na Universidade de Melbourne, na Universidade Northwestern, na Universidade de Princeton, na Universidade de Sydney, na Universidade de Vermont e na Universidade de Yale. Agradecemos a todos que participaram dessas sessões por suas perguntas e comentários úteis.

<sup>5</sup> Ao longo deste trabalho, usamos itálicos para introduzir terminologia ou para ênfase retórica, aspas simples para mencionar expressões linguísticas, small caps para nomear conceitos e aspas duplas para citar outros autores, “aspas irônicas”, uso e menção simultâneos, e outros usos informais.

Uma das intuições centrais e amplamente compartilhadas sobre o caso de Hare é que há um desacordo entre o missionário e os canibais quando eles aplicam o termo ‘bom’ a diferentes pessoas e ações. Para evidenciar isso, imagine a seguinte discussão entre um dos canibais e o missionário de Hare:

(1)

(a) Seria bom para mim matar mais pessoas e coletar mais escalpos. Isso ocorre porque, em geral, é bom coletar o maior número possível de escalpos.

(b) Não. Não é bom para você matar mais pessoas para coletar mais escalpos. Matar pessoas não é bom e coletar o maior número possível de escalpos também não é bom.

A maioria de nós têm a intuição de que a troca que consiste em (1a) e (1b) reflete uma discordância genuína entre o missionário e o canibal e, além disso, que essa discordância faz sentido e vale a pena nos envolvermos nela.

À luz dessa intuição, muitos filósofos, inclusive o próprio Hare, chegaram à seguinte conclusão: mesmo que o missionário e o canibal apliquem sistematicamente o termo ‘bom’ a coisas diferentes, o missionário e o canibal devem, no entanto, querer dizer a mesma coisa com a palavra ‘bom’. Esse pensamento é exemplificado na discussão original de Hare sobre o caso. Hare nos pede para imaginar uma teoria segundo a qual o missionário e o canibal não queiram dizer a mesma coisa com a palavra ‘bom’. (Talvez porque seu significado seja determinado pela forma como a palavra é aplicada ou pelo que leva os falantes a aplicá-la). Falando sobre esse último tipo de teoria, ele escreve:

Se fosse assim, quando o missionário dissesse que as pessoas que não coletavam escalpos eram boas (inglês), e os canibais dissessem que as pessoas que coletavam muitos escalpos eram boas (canibal), eles não estariam discordando, porque em inglês (pelo menos o inglês do missionário), “bom” significaria, entre outras coisas, “não cometer assassinato”, enquanto na língua dos canibais “bom” significaria algo bem diferente, entre outras coisas, “produtor do máximo de escalpos”. (Hare 1991, 148-149)

Hare afirma que *há* uma discordância entre o missionário e o canibal quando eles aplicam o termo ‘bom’ a pessoas tão diferentes. Por isso, ele argumenta que o missionário e o canibal querem dizer a mesma coisa com a palavra ‘bom’<sup>6</sup>. Com ba-

<sup>6</sup> Para uma interpretação semelhante da discussão de Hare, consulte Horgan e Timmons (1993) e Smith (1994).

se nessas considerações, ele conclui em favor de uma versão semântica do não-cognitivismo para o termo ‘bom’, uma teoria segundo a qual o significado do termo ‘bom’ é entendido em termos da atitude semelhante ao desejo que ele é usado para expressar.

O raciocínio de Hare - partindo do fato de que a troca relevante reflete um desacordo genuíno para chegar a uma conclusão na semântica - exemplifica o tipo de argumento que é o nosso foco neste artigo. Esse é o argumento que parte de (a) a premissa de que uma troca entre dois falantes expressa um desacordo genuíno para chegar a (b) a tese de que esses falantes querem dizer as mesmas coisas com as palavras que usam nessa troca. Esse é um tipo comum de argumento na teorização metaética sobre os significados de nossos termos morais ou éticos. De fato, ele desempenha um papel central nos debates sobre os significados dos termos normativos e avaliativos - termos (morais, éticos, estéticos, epistemológicos, etc.) cujo significado envolve, pelo menos em parte, questões sobre o que se *deve* fazer, pensar ou sentir, ou, respectivamente, sobre o que é *melhor* ou *pior*. Em outras palavras, esse é um tipo fundamental de argumento não apenas na metaética, mas na teoria metanormativa de forma mais ampla.

Nós pensamos que o raciocínio exemplificado no argumento de Hare é falho e, além disso, que as conclusões em muitos argumentos desse tipo são, de fato, falsas. Argumentamos que os falantes podem discordar genuinamente uns dos outros, e muitas vezes o fazem, mesmo quando, nas disputas que refletem essas discordâncias, esses falantes *não* queiram dizer as mesmas coisas com suas palavras. Como a discordância é refletida em uma troca linguística como essa? Via uma negociação amplamente tácita sobre a *melhor* forma de usar as palavras relevantes. Seguindo Chris Barker, usamos o termo *uso metalinguístico* para os casos em que uma expressão linguística é usada (não mencionada) para comunicar informações sobre o uso apropriado dessa mesma expressão no contexto<sup>7</sup>. Nos casos que Barker apresenta (e que discutiremos mais adiante neste artigo), o uso metalinguístico de um termo se concentra em questões descritivas de como um termo é de fato usado no contexto relevante. No entanto, ao apresentar reivindicações concorrentes desse tipo, os falantes podem, *via* usos metalinguísticos de seus termos, debater como esses termos *devem* ser empregados. Chamamos de *negociação metalinguística* uma disputa co-

---

<sup>7</sup> Não presumimos que Barker aceitaria essa caracterização do uso metalinguístico, mas ela está de acordo com o espírito de sua descrição em Barker (2002). Entraremos em mais detalhes a seguir.

mo essa, a qual emprega usos metalinguísticos concorrentes de uma expressão e que reflete um desacordo sobre o emprego adequado de representações linguísticas.

Duas características servem para caracterizar a classe de disputas linguísticas na qual estamos interessados - a classe de disputas que chamamos de 'negociações metalinguísticas'. Primeiro, as negociações metalinguísticas empregam um mecanismo comunicativo distintivo - o uso metalinguístico. E, segundo, elas dizem respeito a uma questão normativa distinta - a melhor forma de usar uma palavra em relação a um contexto. Essa questão geral - como devemos usar nossas palavras? - aparece de diversas formas. Em uma ocasião específica, poderia ser resolver uma questão de ambiguidade, precisar um termo vago, definir um parâmetro contextual ou, de qualquer outra forma, determinar como alguma questão de significado previamente indeterminada deve ser resolvida. Supondo que consideremos o significado de uma palavra como o conceito que ela expressa no contexto, uma disputa sobre qualquer uma dessas questões reflete, de certa forma, uma discordância sobre qual dos conjuntos de conceitos concorrentes deve ser usado no contexto em questão.

Essas questões normativas sobre o pensamento e a fala - como devemos usar nossas palavras? - são questões do que chamaremos de *ética conceitual*<sup>8</sup>. Dois pontos importantes sobre nosso uso do termo 'ética' aqui. Primeiro, usamos o termo 'ética' num sentido amplo, para designar questões sobre como viver e o que fazer. Segundo, não pretendemos indicar que a ética conceitual necessariamente diz respeito a normas práticas em oposição a normas amplamente teóricas<sup>9</sup>.

Os desacordos sobre a ética conceitual não precisam ser expressos por meio de nenhum mecanismo linguístico especial, é claro; eles podem ser perfeitamente explícitos. De fato, muitas discordâncias sobre quais conceitos empregar ou sobre a melhor maneira de usar nossas palavras são trocas diretas em que os falantes *expressam literalmente* suas reivindicações concorrentes sobre a escolha do conceito ou o uso das palavras.

No entanto, argumentamos que muitos desacordos sobre a ética conceitual não são expressos explicitamente. As negociações metalinguísticas são as instâncias mais importantes desse tipo implícito, ou tácito. Essas disputas podem, à primeira

<sup>8</sup> A expressão 'ética conceitual' foi extraída de Burgess e Plunkett (2013a) e Burgess e Plunkett (2013b).

<sup>9</sup> Para aprofundar esse ponto, consulte Burgess e Plunkett (2013a).

vista, não parecer - nem para os próprios falantes, nem para o teórico - refletir discordâncias sobre a escolha de conceitos. Mas, de fato, elas refletem desacordos sobre a escolha de conceitos. Muitas disputas que os teóricos pensaram que deveriam ser analisadas em termos do conteúdo literal *compartilhado* são, portanto, melhor analisadas como envolvendo falantes que usam suas palavras de maneiras diferentes, defendendo (metalinguisticamente) seu uso preferido.

Vários filósofos estão ativamente envolvidos no avanço de argumentos normativos na ética conceitual, um tópico que desempenhará um papel importante em nossa discussão<sup>10</sup>. E outros filósofos já observaram o potencial das análises metalinguísticas para responder a argumentos baseados em discordância em domínios específicos do discurso normativo e avaliativo<sup>11</sup>. Nosso artigo tem uma grande dívida para com essas discussões. No entanto, temos um objetivo mais geral. Nosso objetivo é demonstrar que as análises de disputas específicas como metalinguísticas não servem como manobras exóticas de último recurso para evitar argumentos baseados em discordâncias específicas do domínio. Em vez disso, a análise metalinguística decorre de observações bastante gerais e independentemente motivadas sobre os mecanismos linguísticos pelos quais os falantes rotineiramente expressam seus desacordos uns com os outros<sup>12</sup>. Quando as noções relevantes (e extremamente escuras) - *significado* e *desacordo* entre elas - ficam suficientemente claras, a análise metalinguística é uma consequência natural e, em alguns casos, quase inevitável. Argumentamos que a negociação metalinguística é ubíqua<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> Veja, por exemplo, Chalmers (2011), Sider (2012), Sundell (2011a) e Haslanger (2012). Para uma discussão de mais exemplos de ética conceitual, consulte Burgess e Plunkett (2013a).

<sup>11</sup> Veja, por exemplo, Sundell (2011b), DeRose (2004), Björnsson e Finlay (2010) e Robinson (2009).

<sup>12</sup> Talvez sozinho entre os filósofos que trabalham nessa área, Peter Ludlow argumenta que a comunicação linguística é pervasivamente metalinguística. Ele supõe que quase todas as conversas ocorrem *via* uma negociação sobre como usar as expressões linguísticas relevantes. Ver Ludlow (Manuscrito). Parte do que Ludlow está defendendo é a tese de que as disputas metalinguísticas são capazes de expressar desacordos substantivos genuínos e que os filósofos da linguagem precisam prestar mais atenção a essas disputas na construção de teorias do significado dos termos (incluindo as normativas e avaliativas). A esse respeito, Ludlow está defendendo praticamente a mesma tese que nós. Entretanto, há uma diferença importante entre Ludlow e nós. Ludlow chega à sua conclusão defendendo uma visão da linguagem - uma visão que ele chama de *léxico dinâmico* - que parecerá bastante radical para muitos filósofos. De acordo com a visão de Ludlow, quase toda a comunicação linguística envolve a resolução específica-para-uma-conversa de significados *altamente* subespecificados. Simpatizamos com a visão de Ludlow. No entanto, neste artigo, nosso objetivo é demonstrar que a análise metalinguística de disputas normativas e avaliativas é consistente com visões totalmente convencionais da comunicação linguística e, de fato, altamente plausível. Quanto a isso, nossa estratégia argumentativa marca um distanciamento significativo daquela que Ludlow está adotando no momento.

<sup>13</sup> Os leitores familiarizados com o trabalho de Charles Stevenson já devem ter notado que nossa proposta tem certas semelhanças com seu artigo clássico "Persuasive Definitions" (Stevenson 1938). Stevenson argumenta que muitas disputas aparentemente comuns, na verdade, envolvem falantes

Devido à generalidade de nosso objetivo neste artigo, não argumentamos (para os fins presentes) que a análise metalinguística seja obrigatória para qualquer domínio específico do discurso normativo ou avaliativo. Em vez disso, nosso objetivo é demonstrar que a análise metalinguística é uma candidata forte, se não inevitável, na explicação e análise de *qualquer* domínio particular do discurso normativo ou avaliativo. Isso, por si só, é suficiente para bloquear argumentos ligeiros que partem de algum desacordo para chegar a qualquer conclusão específica sobre a semântica. Tão importante quanto isso é o fato de a análise metalinguística fornecer recursos teóricos para visões semânticas de termos normativos ou avaliativos que, muitas vezes, são criticados justamente por serem incapazes de explicar adequadamente o desacordo. Essas visões incluem, entre outras, visões contextualistas nas quais as afirmações normativas ou avaliativas têm um significado determinado apenas em relação a algum juiz ou grupo (por exemplo, visões em que o termo ‘moralmente correto’ significa algo como “ser aprovado por mim” ou “ser aprovado pela minha comunidade”). Nosso trabalho neste artigo mostra que essas visões têm um conjunto mais rico de ferramentas para explicar a discordância do que normalmente se pensa. Finalmente, como argumentamos no final do artigo, a plausibilidade bastante geral da análise metalinguística tem consequências metodológicas importantes para os filósofos que trabalham com a teoria metanormativa. Isso significa que os filósofos não podem usar as intuições sobre o desacordo como um meio rápido de descartar pontos de vista que postulam várias formas de variação interpessoal, intercontextual ou interteórica no significado - um movimento que é generalizado em grande parte da literatura metanormativa.

O artigo está dividido em seis seções. No §1, esclarecemos o tipo de argumento baseado em desacordo com o qual estamos nos preocupando e por que ele é tão atraente. No §2, propomos uma estrutura para pensar sobre as noções relevantes - *significado* e *desacordo* entre elas - que importam no tipo de argumento base-

---

pressionando uns aos outros para mudar os critérios descritivos que são combinados com valência emotiva positiva ou negativa. Considerando o que Stevenson pensa sobre os significados dos termos (tanto um componente descritivo quanto o assim-chamado componente “emotivo”), esse processo envolve falantes tentando fazer com que os outros mudem o que querem dizer com seus termos. Acreditamos que Stevenson estava fazendo algo importante sobre muitas disputas normativas e avaliativas. Entretanto, há diferenças cruciais entre nossa visão e a de Stevenson. Por exemplo, ao endossar uma versão do emotivismo, Stevenson faz suposições significativas sobre o significado dos termos normativos e avaliativos que nós não fazemos. Além disso, ele chega a conclusões bastante específicas sobre *quais* aspectos do significado os falantes tentam mudar em disputas normativas e avaliativas. Como ficará claro a seguir, acreditamos que há muitos aspectos diferentes do significado que os falantes tentam mudar por meio da negociação metalinguística.

ado em desacordo com o qual estamos preocupados. Argumentamos que, quando as noções relevantes são precisas e mantidas constantes, torna-se muito fácil ver que pelo menos algumas disputas que envolvem diferenças de significado podem, no entanto, expressar desacordos genuínos. No §3, defendemos esse caso com relação a disputas em geral. No §4, defendemos esse caso com relação a disputas normativas ou avaliativas - ou seja, disputas que envolvem pelo menos um termo normativo e avaliativo - em particular<sup>14</sup>. No §5, concluímos nosso argumento principal explicando os resultados metodológicos gerais da análise metalinguística para aqueles que trabalham com a semântica de termos normativos ou avaliativos.

Por fim, no §6, consideramos e respondemos a três importantes objeções ao nosso argumento principal. A primeira objeção diz respeito ao externalismo (tanto o externalismo de conteúdo quanto o externalismo contextualista). A segunda objeção diz respeito à distinção entre termos normativos ou avaliativos explicativamente básicos e não-básicos. Por 'básicos', queremos dizer aqueles termos (incluindo, talvez, 'deve' ou 'bom') cujo significado não é explicado em termos do significado de quaisquer outros termos normativos ou avaliativos. A terceira objeção diz respeito à capacidade da análise metalinguística de explicar certos dados linguísticos sobre a aceitabilidade da *negação* metalinguística em vários contextos. Consideramos que abordar essas três objeções é crucial para cumprir um de nossos principais objetivos neste artigo: fornecer uma defesa mais completa e sistemática da análise metalinguística de disputas normativas e avaliativas do que a oferecida até agora. No entanto, colocamos nossa discussão sobre essas questões importantes no final do artigo para simplificar a linha central do argumento. Além disso, reconhecemos que certos leitores se preocuparão mais com algumas objeções do que com outras. O §6 pode, portanto, ser examinado ou pulado de acordo com o interesse e a inclinação do leitor.

## §1 ARGUMENTOS BASEADOS EM DISCORDÂNCIA A FAVOR DE CONCLUSÕES SEMÂNTICAS NA TEORIA METANORMATIVA

<sup>14</sup> No que se segue, consideraremos isso como sendo definicional de "uma disputa normativa ou avaliativa". Ou seja: quando afirmamos que uma disputa é "normativa ou avaliativa", o que estamos afirmando é apenas que essa disputa é aquela em que um falante usa pelo menos um termo normativo ou avaliativo. Também deve ser observado que, neste artigo, não tomaremos uma posição sobre o que exatamente faz com que um termo seja normativo ou avaliativo. Em vez disso, consideraremos que há uma ampla classe de termos com os quais os teóricos metanormativos têm se preocupado e que esses termos, independentemente de sua natureza ser melhor compreendida, são os que estamos abordando neste artigo.

Para dar uma melhor noção do tipo de argumento baseado em discordância com o qual estamos lidando, considere os três exemplos a seguir:

*Terrance Horgan e Mark Timmons sobre o caso da Terra Gêmea Moral:* Horgan e Timmons imaginam o seguinte caso: não há diferenças entre os planetas Terra e Terra Gêmea Moral, exceto pelo fato de que as pessoas na Terra aplicam termos morais como ‘bom’ e ‘certo’ de uma forma que é causalmente regulada pela propriedade natural N1, enquanto as pessoas na Terra Gêmea Moral aplicam esses termos de uma forma que é causalmente regulada por uma propriedade natural diferente N2. Ao descobrir como responder à possibilidade da Terra Gêmea Moral, Horgan e Timmons afirmam que temos duas possibilidades: Por um lado, poderíamos afirmar que os terráqueos e os gêmeo-terráqueos querem dizer ou se referem a coisas diferentes com seus termos morais. Por outro lado, como Horgan e Timmons escrevem, “poderíamos dizer que os termos morais e os termos morais gêmeos *não* diferem em significado ou referência e, portanto, que qualquer desacordo moral aparente que possa surgir entre terráqueos e gêmeo-terráqueos seriam desacordos *genuínos* - ou seja, desacordos quanto à crença moral e à teoria moral normativa, em vez de desacordos quanto ao significado” (Horgan e Timmons 1993, 130).

*Michael Smith sobre ‘certo’:* Smith argumenta que os teóricos da metaética “devem se certificar de que as afirmações morais não tenham conteúdos diferentes em contextos diferentes. E, no entanto, isso parece inevitável se eles simplesmente disserem que, por exemplo, a palavra ‘certo’ é usada para se referir à característica dos atos que é causalmente responsável por nossos usos do termo ‘certo’. Pois, se a causa dos usos que A e B fazem da palavra ‘certo’ não é a mesma, então, ao contrário do que se diz, se A diz ‘x é certo’ e B diz ‘x não é certo’, então A e B não estão discordando. O juízo de A de que x está certo tem um conteúdo diferente do juízo de B de que x está certo” (Smith 1994, 35).

*Peter Lasersohn sobre predicados de gosto:* Lasersohn argumenta que a análise contextualista dos predicados de gosto “não pode estar certa [...] por causa da relação entre conteúdo e contradição [...]. Se eu digo ‘Montanhas-russas são divertidas’ e você diz ‘Não, montanhas-russas não são divertidas’, nessa análise, você não está me contradizendo, porque a sentença negada não expressa o mesmo conteúdo para você e para mim. Na verdade, meu enunciado significa que montanhas-russas são divertidas para mim, e seu enunciado significa que montanhas-russas não são divertidas para você, e não há nenhum conflito ou contradição entre eles - na verdade, não há razão para pensar que discordamos de qualquer maneira, nessa análise” (Lasersohn 2005, 649).

Em cada um desses casos, os teóricos consideram que há uma ligação estreita entre o fato de que dois falantes discordam genuinamente um do outro e os fatos sobre o que os respectivos falantes querem dizer com suas palavras<sup>15</sup>. Nos casos em que se imagina que os falantes querem dizer coisas diferentes com suas palavras (seja em virtude de ambiguidade ou diferença no ambiente externo ou variação contextual), a preocupação é que os dois falantes não poderiam discordar genuinamente um do outro. Para explicar o suposto dado de que os dois falantes discordam genuinamente um do outro, cada teórico argumenta que devemos considerar que os falantes querem dizer as mesmas coisas pelas palavras que usam na conversa<sup>16</sup>.

Por que pensar que existe esse tipo de ligação estreita entre fatos a respeito do desacordo e fatos a respeito do significado? A linha central de pensamento pode ser formulada da seguinte maneira. Vamos usar o termo *disputa* para nos referirmos a qualquer troca linguística que *pareça* evidenciar ou expressar um desacordo genuíno. Nós, como teóricos, temos uma certa intuição - uma intuição que queremos preservar - de que certas disputas *de fato* evidenciam um desacordo genuíno. À parte os métodos de *debunking*, o jeito padrão de explicar nossa intuição de desacordo - de apresentar uma análise que *justifique* nossa intuição sobre a disputa - é postular que os falantes discordam sobre o *conteúdo expresso literalmente* do que estão dizendo. Na medida em que se vê o conteúdo em termos de proposições, isso equivale a pensar que os falantes discordam sobre a verdade das proposições que eles literalmente expressam.

Chame de *disputa canônica* qualquer disputa que se concentre na verdade ou na correção do conteúdo expresso literalmente pelos falantes. Se for verdade que uma disputa é canônica, há forte apoio à conclusão que os falantes querem dizer as mesmas coisas com as palavras que usam nas conversas. Por quê? Porque se os falantes quisessem dizer coisas diferentes com suas palavras, seria muito improvável

---

<sup>15</sup> Embora tenhamos analisado apenas três exemplos dessa forma de argumento baseada em desacordo nesta seção, há muitas instâncias desse tipo de argumento na literatura metanormativa contemporânea. Uma rápida amostragem: MacFarlane (Em Andamento), ao discutir a semântica dos termos estéticos; Egan (2012), ao discutir a semântica dos termos de valor em geral; e Dworkin (2011), também ao discutir a semântica dos termos de valor em geral. Para os leitores interessados em nossas opiniões sobre o uso desse argumento por Dworkin, consulte Plunkett e Sundell (No Prelo-b). Para uma visão geral da maneira como os expressivistas fazem uso dessa estratégia argumentativa, veja Darwall, Gibbard e Railton (1997). Veja Gibbard (1990) para um dos exemplos mais claros disso.

<sup>16</sup> Nesta etapa de nossa discussão, pintamos com pinceladas largas o uso do termo 'significado'. Ainda não estamos distinguindo, por exemplo, entre caráter e conteúdo. Abordaremos essa distinção no §2.

que eles expressassem conteúdos inconsistentes<sup>17</sup>. Assim, partindo do pressuposto de que uma disputa é canônica, estamos numa posição razoavelmente boa para concluir que, na medida em que os falantes usam as mesmas palavras ao longo de uma troca, esses falantes querem dizer as mesmas coisas com essas palavras.

A linha de raciocínio acima é sólida até um certo ponto. Se uma disputa expressa um desacordo sobre a verdade ou a correção do conteúdo expresso literalmente, então é provável que os falantes queiram dizer as mesmas coisas com suas palavras. No entanto, discordamos da verdade da *premissa* dessa linha de raciocínio<sup>18</sup>. Considerar uma disputa como canônica nem sempre é a melhor - e muito menos a única - explicação *non-debunking* da intuição de desacordo genuíno. Há muitos exemplos de *disputas não-canônicas* - disputas que não se concentram no conteúdo *expresso literalmente* - que, no entanto, refletem um desacordo genuíno. As disputas não-canônicas que expressam desacordos genuínos estão, na verdade, por todas as partes. E um tipo de disputa não-canônica em particular - o que chamamos de *negociação metalinguística* - não só é capaz de expressar um desacordo genuíno, como também é, argumentamos, particularmente plausível como uma análise de muitas disputas normativas e avaliativas<sup>19</sup>.

Se esse tipo de análise estiver correto, então ela enfraquece um argumento filosófico que é realmente difundido. E não apenas no trabalho contemporâneo. Como sugere nosso exemplo inicial do caso do missionário e dos canibais de Hare, o

---

<sup>17</sup> Há exceções a isso que dependem das maneiras específicas pelas quais as palavras podem variar em seu significado. Suponha que, ao empregar o adjetivo relativo graduável 'alto' ao proferir a frase "João não é alto", eu expresse a proposição de que João *não* é alto para um filósofo, enquanto você responde com um uso de 'alto' que expressa a proposição de que João *é* alto para um jogador de basquete. No sentido relevante, não queremos dizer a mesma coisa com 'alto'. No entanto, expressamos proposições inconsistentes: Se John não é alto para um filósofo, é óbvio que ele não é alto para um jogador de basquete. Nosso objetivo aqui é criticar a passagem argumentativa da presença de discordância para a semelhança de conteúdo, e usamos casos como esse para avançar esse ponto geral. No entanto, ele é ortogonal ao nosso argumento mais geral, por isso o deixamos de lado por enquanto.

<sup>18</sup> Poderíamos descrever o argumento baseado em desacordo com o qual estamos nos ocupando como baseado em uma inferência que é inválida. No entanto, aqui identificamos uma premissa falsa. Mas não há uma distinção profunda entre esses diagnósticos. Se uma determinada inferência baseada em desacordo não fizer uso de uma premissa para a conclusão de que a disputa em questão é canônica, então ela é inválida: as premissas sobre desacordo não acarretam a conclusão sobre a mesmidade de conteúdo. Se a inferência fizer uso (talvez entimemático) de uma premissa segundo a qual a disputa é canônica, então é claro que ela ainda requer que essa premissa seja verdadeira. Argumentamos que muitas vezes ela não é.

<sup>19</sup> Vale a pena enfatizar aqui que, dada a forma como estamos configurando as coisas, classificar uma disputa como normativa ou avaliativa significa *apenas* que é uma disputa na qual um falante usa pelo menos um termo normativo ou avaliativo. Não significa, por exemplo, que a disputa é de fato sobre tal e tal tópico. E certamente não significa que seja uma disputa *canônica* sobre tal e tal assunto normativo ou avaliativo.

argumento tem uma *longa* história nas discussões sobre o expressivismo e outras formas de não-cognitivismo. No contexto da mobilização do argumento em apoio à sua própria forma de expressivismo, Allan Gibbard enfatiza sua estreita conexão com o altamente influente “argumento da questão aberta” de Moore (Gibbard 2003)<sup>20</sup>. E as principais razões pelas quais Stevenson defende uma versão do que hoje chamamos de “expressivismo” em detrimento do subjetivismo são que “devemos ser capazes de *discordar* sensatamente sobre se algo é ‘bom’” (Stevenson 1937, 16) e que esse é um requisito que o subjetivismo nunca pode satisfazer<sup>21</sup>.

Por fim, o uso da forma de argumentação baseada em desacordo que consideramos neste artigo não é exclusivo da teoria metanormativa. Pelo contrário, ele aparece ao longo da filosofia como um todo, em áreas que vão da meta-metafísica à modalidade epistêmica<sup>22</sup>. Nosso foco neste artigo é o uso dessa forma de argumento baseada no desacordo dentro da teoria metanormativa, mas consideramos que nossa discussão tem implicações para o argumento onde quer que ele apareça.

## 52 PARTES MÓVEIS

Como dissemos na introdução, a visão que certas disputas normativas e avaliativas são metalinguísticas e que elas expressam desacordo genuíno flui naturalmente de uma imagem plausível e bastante geral da linguagem e da comunicação. Para defender esse argumento, apresentamos aqui uma maneira de pensar sobre as noções relevantes. Nesta seção, apresentamos quatro propostas sobre como esculpir o terreno. A primeira proposta diz respeito ao termo ‘significado’. A segunda diz respeito à natureza das disputas canônicas. A terceira diz respeito à individualiza-

---

<sup>20</sup> Com respeito à discussão original de Moore, ver Moore (1993).

<sup>21</sup> Considere também o caso de A. J. Ayer. Ele observa, em linguagem surpreendentemente semelhante à das manifestações contemporâneas do argumento, que “se um homem dissesse que a frugalidade era uma virtude e outro respondesse que era um vício, eles não estariam, nessa teoria, discutindo entre si. Um estaria dizendo que aprovava a frugalidade e o outro que *ele* não: e não há razão para que essas duas afirmações não sejam verdadeiras” (Ayer 1971, 113-114). (Ayer está aqui se baseando explicitamente em Moore, 1970.) Ao contrário de Hare, Stevenson, Gibbard, e outros, entretanto, Ayer não usa essa observação para refutar as teorias - seu próprio emotivismo ou subjetivismo - contra as quais ela é dirigida. Mas isso *não* se deve ao fato de ele rejeitar a inferência central que parte do desacordo e chega aos significados compartilhados dos termos. Em vez disso, Ayer simplesmente morde a bala, concedendo a “asserção [admitidamente] paradoxal” de que “nunca se discute sobre questões de valor” (Ayer 1971, 114).

<sup>22</sup> Aqui estão alguns exemplos ilustrativos do papel que esse tipo de argumento desempenha nessas outras áreas: para a metafísica, veja Manley (2009); e na modalidade epistêmica, veja Egan, Hawthorne e Weatherson (2005).

ção das palavras. E a quarta diz respeito à própria noção de desacordo. Quando essas quatro propostas forem reunidas, estaremos em uma boa posição para explicar o apelo geral da análise metalinguística.

## §2.1 Significado

Tyler Burge escreve que “o termo ‘significado’ sempre foi vago, com múltiplas finalidades e, até certo ponto, adaptável ao ponto de vista de diferentes teorias” (Burge 1979, 398)<sup>23</sup>. Concordamos. Portanto, é fundamental enfatizar que, quando falamos de “significado” neste artigo, queremos dizer algo mais restrito do que *o resultado comunicativo completo* do que é dito. Atualmente, é amplamente aceito por linguistas e filósofos da linguagem que há alguma distinção a ser feita, dentro da categoria de informações que comunicamos quando falamos, entre as informações que fazem parte do conteúdo linguisticamente codificado das palavras que usamos (doravante, o domínio da *semântica*) e as informações que são comunicadas em virtude de outras características do nosso uso dessas palavras (doravante, o domínio da *pragmática*). Com o “significado” de nossos termos normativos e avaliativos, queremos indicar que estamos falando sobre a semântica desses termos.

Não temos coisas novas ou profundas a dizer sobre a distinção entre semântica e pragmática neste artigo. Mas consideramos parte das regras do jogo o fato de que qualquer análise de uma expressão linguística envolverá um acordo entre a semântica e a pragmática. Entendemos que parte do objetivo da teoria metanormativa é a construção de análises semânticas de nossos termos normativos e avaliativos. Assim, essas análises devem, como qualquer análise semântica, ser julgadas dessa forma, como um pacote de teoria semântica e pragmática. Com isso em mente, uma de nossas teses centrais neste artigo pode ser resumida da seguinte forma: se o objetivo é defender a intuição de que uma disputa evidencia um desacordo genuíno, é possível trabalhar mais no lado pragmático desse pacote do que é frequentemente assumido por aqueles que apresentam argumentos baseados em desacordo para chegar a conclusões semânticas.

Mesmo tendo feito esse esclarecimento entre a semântica e a pragmática, ainda há uma ambiguidade no termo ‘significado’. Afinal, mesmo se deixarmos de

---

<sup>23</sup> Agradecemos a Nate Charlow por nos indicar essa passagem.

lado os fenômenos pragmáticos como a pressuposição e a implicatura, uma expressão, ao ser usada em um contexto, ainda tem “significado” em dois sentidos: seu significado linguisticamente codificado e contextualmente invariável e sua referência ou denotação, relativa a esse contexto. Essa é, grosso modo, a divisão que Kaplan pretende capturar com sua distinção entre o *caráter* de uma expressão - seu significado contextualmente invariável - e seu *conteúdo* - o que ela seleciona, em relação ao contexto (ver Kaplan 1989).

Nosso argumento não exige que endossemos as especificidades da imagem de Kaplan em relação às outras, como as oferecidas por Lewis (1979) ou Stalnaker (1999). Em vez disso, usamos sua terminologia para marcar as distinções relevantes quando necessário, independentemente de como essas distinções devam ser entendidas. Por exemplo, considere uma visão contextualista de ‘alto’, segundo a qual os falantes usam o termo para escolher diferentes propriedades de altura relativas a um contexto. Se essa visão estiver correta, então os falantes em diferentes contextos “querem dizer” coisas diferentes com a palavra ‘alto’ em um sentido, mas não em outro. Em particular, para esses falantes, a palavra ‘alto’ tem conteúdos diferentes, mas, ainda assim, tem o mesmo caráter: algo como *ter um grau máximo de altura maior do que o limite fornecido pelo contexto*<sup>24</sup>. Usando essa terminologia kaplaniana, mantemos essas distinções claras, quando necessário, para evitar confusão. Quando a confusão parecer improvável, ou quando nossos argumentos se aplicarem *tanto* ao caráter *quanto* ao conteúdo, usaremos ‘significado’ tendo em mente exatamente essa ambiguidade.

## §2.2 Disputas Canônicas

A forma como se deve entender a noção de *disputa canônica* está intimamente ligada à nossa proposta para o entendimento da noção relevante de “significado”. Muitos filósofos pensam que o conteúdo linguisticamente codificado dos enunciados deve ser modelado em termos de *proposições*. Mas, como demonstra o exemplo do próprio tipo de não-cognitismo metaético de Hare, pode-se rejeitar essa visão de como o conteúdo linguisticamente codificado de alguns (ou talvez todos) enunciados deve ser modelado. Para nossos propósitos, não faz diferença se

---

<sup>24</sup> Tomamos emprestado esse tratamento de ‘alto’ de Barker (2002), o qual discutiremos no §3.

entendemos o conteúdo literalmente expresso em termos de proposições ou não. Isso tem consequências importantes para a nossa definição de uma disputa canônica. Considere, primeiro, como as disputas canônicas seriam caracterizadas se o conteúdo literalmente expresso fosse entendido exclusivamente em termos de proposições.

*Primeira Passagem da Definição de uma Disputa Canônica:* Uma disputa consistindo no proferimento de  $e$  pelo Falante A e no proferimento de  $f$  pelo Falante B é canônica apenas no caso de haver duas proposições  $p$  e  $q$  tais que o proferimento de  $e$  pelo Falante A expresse literalmente  $p$  e o proferimento de  $f$  pelo Falante B expresse literalmente  $q$ , e  $q$  implica não- $p$ .

Essa caracterização da canonicidade obviamente não abre espaço para teorias que explicam o conteúdo em termos que não sejam proposições, como algumas versões do expressivismo. No entanto, os expressivistas são proeminentes entre aqueles que oferecem argumentos baseados em desacordo, os quais dependem de alguma noção correspondente ao que chamamos de ‘canonicidade’.

O que importa para o argumento baseado no desacordo não é a natureza do conteúdo como tal, mas simplesmente a questão de se os conteúdos incompatíveis devem ser expressos literalmente. Logo, seria um erro descartar essas análises expressivistas *como* canônicas no sentido relevante. Felizmente, a caracterização da canonicidade é facilmente generalizada.

*Segunda Passagem da Definição de uma Disputa Canônica:* Uma disputa que consiste no proferimento de  $e$  pelo Falante A e no proferimento de  $f$  pelo Falante B é canônica apenas no caso de existirem dois objetos  $p$  e  $q$  (proposições, planos, etc.), de modo que o proferimento de  $e$  pelo Falante A expresse literalmente  $p$  e o proferimento de  $f$  pelo Falante B expresse literalmente  $q$ , e  $q$  esteja fundamentalmente em conflito com  $p$  da maneira apropriada para objetos desse tipo. (Por  $p$  implicar não- $q$  no caso de proposições; pela satisfação de  $p$  excluir a satisfação de  $q$  no caso de desejos; pela implementação de  $p$  excluir a implementação de  $q$  no caso de planos, etc.)

No que se segue, essa definição de segunda passagem de uma disputa canônica é o que temos em mente. No entanto, para facilitar a apresentação, muitas vezes será útil presumir que o conteúdo expresso literalmente é melhor compreendido em termos de proposições.

### §2.3 A Individuação de Palavras

Ao descrever as disputas que consideramos abaixo e, especialmente, ao argumentar que algumas delas são melhor analisadas como *negociações metalinguísticas*, falamos como se a questão fosse se os falantes “querem dizer a mesma coisa” ou “expressam os mesmos conceitos” com suas palavras. Nesse modo de falar, usamos o termo ‘conceitos’ para nos referirmos aos *componentes constituintes dos pensamentos* (grosso modo, o equivalente mental das palavras). E estamos assumindo que (a) o significado de uma palavra é dado pelo conceito que ela é usada para expressar e (b) a mesma palavra pode ser usada para expressar diferentes conceitos. Mas será que o tipo de situação que temos em mente realmente envolve falantes que *querem dizer coisas diferentes com suas palavras*? Ou, ao contrário, eles usam palavras completamente *diferentes* - palavras que são homófonas, mas que, no entanto, são distintas em virtude das diferenças de significado? A palavra ‘banco’ significa duas coisas diferentes, ou há duas palavras, ‘banco1’ e “banco2”, que são pronunciadas da mesma forma?

Para nossos propósitos, nada de substantivo depende da distinção entre essas duas formas de esculpir as coisas. As disputas que analisamos como negociações metalinguísticas - nas quais os falantes negociam como uma palavra deve ser usada ou qual conceito deve ser usado para expressar - podem, sem mudanças teóricas importantes, ser redescritas como disputas nas quais os falantes negociam qual das duas palavras homófonas concorrentes deve ser usada. De fato, em algumas discussões sobre conceitos e significados de palavras, a última forma de descrição - qual das palavras homófonas concorrentes devemos escolher? - é mais - adequada. Entretanto, a primeira forma de descrição - como essa palavra deve ser usada nessas circunstâncias? - tem certas vantagens expositivas, e vamos nos ater a essa forma de falar durante todo o artigo.

## §2.4. Desacordo

Desacordo é uma noção complicada, e os teóricos que discutem “desacordo” nem sempre têm a mesma coisa em mente<sup>25</sup>. Assim, é crucial identificarmos o que

<sup>25</sup> Para uma valiosa discussão de alguns dos diferentes e importantes sentidos de “desacordo” que importam nas discussões contemporâneas em filosofia da linguagem e além, veja MacFarlane (In Progress). Veja também o capítulo 6 de Ridge (In Progress).

temos em mente quando usamos o termo ‘desacordo’. Ao abordar esse tópico, precisamos identificar uma noção central de desacordo que (a) seja importante para a teoria metanormativa e (b) se conecte de forma significativa aos tipos de argumentos baseados em desacordo relacionados a conclusões semânticas que são nosso foco neste artigo. Portanto, precisamos de uma noção que (a) selecione algo que se conecte de forma significativa aos fenômenos que valem a pena ser explicados na teoria metanormativa e (b) seja ampla o suficiente para dar espaço a uma série de perspectivas teóricas na teoria metanormativa e, portanto, não enseje questões importantes sobre como o desacordo deve ser entendido<sup>26</sup>.

Nesse espírito, apresentamos aqui três *desiderata* mais específicos. Primeiro, queremos uma noção de desacordo que possa explicar o que há de comum entre os desacordos que são evidenciados nas trocas linguísticas (como o desacordo entre o missionário e o canibal) e os desacordos que não são (por exemplo, o desacordo entre David Lewis e Hegel sobre a metodologia filosófica). Já estabelecemos as coisas de uma forma que responde a esse *desideratum*: ao usar o termo ‘disputa’ para se referir a qualquer troca linguística que pareça expressar um desacordo genuíno, reconhecemos implicitamente que alguns desacordos não são expressos de forma alguma. Um resultado desse *desideratum* é que o desacordo é um estado que ocorre, em vez de ser uma atividade na qual as pessoas se envolvem<sup>27</sup>.

Em segundo lugar, queremos uma noção de desacordo que permita o desacordo com o próprio eu passado ou futuro, como o desacordo entre o presidente Obama e seu eu passado sobre o casamento gay.

Finalmente, como queremos abrir espaço para explicações expressivistas das disputas canônicas, queremos uma noção de desacordo que permita que haja desacordo com base em um conflito de atitudes, como planos, desejos ou preferências.

---

<sup>26</sup> Esse último ponto é especialmente importante, uma vez que os teóricos metanormativos muitas vezes consideram um *lugar-comum* o fato de os falantes discordarem uns dos outros em certos casos centrais. Por exemplo, na citação de Michael Smith em *The Moral Problem* que apresentamos no §1, ele afirma que é um “lugar-comum que se A diz ‘x está certo’ e B diz ‘x não está certo’, então A e B discordam” (Smith 1994, 35). Se quisermos considerar como um lugar-comum o fato de que os falantes discordam em certos casos centrais - ou, de modo mais geral, se quisermos simplesmente considerar isso como um dado com o qual uma ampla gama de teóricos pode concordar -, então não devemos incluir muito em nossa descrição do desacordo. Quanto mais se acrescentar, menos claro ficará que está realmente acontecendo *desacordo* em tais e tais casos centrais. E o status de supostos lugares-comuns, como o de Smith, poderia ser seriamente prejudicado e, com isso, a viabilidade de se usar o fato da presença do *desacordo* como tal nas premissas de argumentos baseados no desacordo da forma que estamos considerando neste artigo.

<sup>27</sup> Ao fazer a distinção entre os entendimentos de desacordo como “estado” e “atividade”, nos baseamos aqui em MacFarlane (In Progress), que, por sua vez, se baseia em Cappelen e Hawthorne (2009, 60-61).

Queremos acomodar, por exemplo, a ideia intuitiva de que se Damien desejava se tornar um astronauta quando cresceu e agora deseja ser um filósofo profissional, então há algum sentido em que Damien discorda de seu eu passado.

Há outras questões nas quais pretendemos permanecer neutros. Mas esses *desiderata* nos permitem ser suficientemente precisos ao propor uma noção de desacordo relevante para os argumentos que consideramos aqui. Essa noção é a seguinte: o desacordo envolve essencialmente alguma incompatibilidade (do tipo relevante) entre conteúdos (sejam eles quais forem) aceitos (no sentido relevante) por diferentes pessoas (que podem ou não estar conversando entre si). Essa concepção é capturada no seguinte princípio:

*Desacordo Requer Conflito no Conteúdo (DRCC):* Se dois sujeitos A e B discordam um do outro, então existem certos objetos p e q (proposições, planos, etc.) tais que A aceita p e B aceita q, e p é tal que as exigências impostas a um sujeito em virtude de aceitá-lo são racionalmente incompatíveis com as exigências impostas a um sujeito em virtude de aceitar q. (Talvez, embora não necessariamente, em virtude de q implicar não-p.)<sup>28</sup>

Achamos que a DRCC é plausível como uma análise do desacordo ou, pelo menos, como uma reivindicação teoricamente útil sobre o desacordo<sup>29</sup>. No entanto, precisamente porque DRCC abrange desacordos que não são expressos em nenhum tipo de troca linguística (como Lewis/Hegel, ou Obama do passado/presente), DRCC não é um princípio que diz respeito à semântica enquanto tal. Isso não deveria ser surpreendente: se DRCC está no caminho certo, então o desacordo deve ser entendido como algo que envolve *atitudes* conflitantes dos sujeitos envolvidos (por exemplo, suas crenças, desejos, intenções etc.) em vez de algo especificamente sobre as sentenças que eles proferem. *Aceitar*, seja isso o que for, é uma atitude mental, não um ato linguístico.

Resulta desses pontos que, embora a presença de desacordo genuíno possa ser um dado que uma teoria semântica deva levar em conta, não se trata de um

<sup>28</sup> Esse princípio é modelado de forma ampla no tratamento de desacordo de Gibbard (2003).

<sup>29</sup> Há outras dificuldades que devem ser abordadas em uma análise completa do desacordo ele mesmo. Por exemplo, se a pessoa A no mundo w acredita que p, enquanto a pessoa B no mundo w' acredita que não-p, e se p é verdadeiro em w e falso em w', então, em um sentido óbvio, A e B não discordam um do outro, apesar de aceitarem conteúdos incompatíveis. Questões desse tipo são habitualmente abordadas em MacFarlane (In Progress). Mas esse tipo de caso não apresenta problemas para a visão que defendemos neste artigo. Esse é um caso em que as pessoas intuitivamente não discordam, enquanto a principal preocupação da análise metalinguística é capturar todos os casos em que as pessoas intuitivamente discordam. Portanto, casos como o acima não afetam nossos argumentos aqui, e nós os deixamos de lado para os fins deste artigo.

dados que seja fundamentalmente sobre o que está acontecendo no nível da linguagem. Isso, acreditamos, abre a porta para a exploração de diferentes mecanismos linguísticos - semânticos e pragmáticos - pelos quais os falantes podem representar ou expressar seus conteúdos mentais conflitantes. Em outras palavras, essa forma de pensar sobre o desacordo, especialmente quando combinada com as propostas que fizemos em §2.1-§2.3, se presta naturalmente à possibilidade de disputas não-canônicas que expressam desacordos genuínos. Essa é a possibilidade que exploraremos agora.<sup>30</sup>

### §3. DISPUTAS NÃO-CANÔNICAS

Lembre-se que o tipo de argumento que criticamos começa com a premissa de que uma determinada disputa expressa um desacordo genuíno. A partir daí, argumenta-se (talvez com base em inferência da melhor explicação, talvez com outros fundamentos) que as partes da disputa expressam conteúdos literalmente incompatíveis. Em nossa terminologia, infere-se que a disputa é *canônica*. Finalmente, a partir da premissa intermediária que a disputa é canônica, pode-se inferir que as partes da disputa querem dizer as mesmas coisas com os termos relevantes. (E, a partir dessa conclusão, segue-se que as teorias que postulam o tipo relevante de variação no significado - contextualismo (variação apenas no conteúdo), ambiguidade (variação no conteúdo devido à variação no caráter) etc. - são falsas.)

No §1, concedemos, para fins de argumentação, o segundo passo nessa linha de raciocínio. Em outras palavras, admitimos que, se uma disputa de fato envolve a expressão literal de conteúdos incompatíveis - se for canônica - então é muito provável que os falantes envolvidos queiram dizer as mesmas coisas, no sentido relevante, com seus termos. Nesta seção, argumentamos que o primeiro passo é falho. Muitas disputas que expressam desacordo genuíno são, na verdade, não-canônicas. Em outras palavras, muitos desacordos genuínos são expressos *através* de disputas nas quais os falantes literalmente expressam conteúdos *compatíveis*.

<sup>30</sup> Reconhecemos que alguns leitores podem rejeitar DRCC. Se assim for, a questão então é a seguinte: existe uma reivindicação alternativa não circular sobre (ou definição de) desacordo que (a) atenda aos critérios relevantes apresentados nesta seção e (b) justifique o tipo de argumentos baseados em desacordo que estamos atacando? Acreditamos que não. O foco em DRCC ajuda a esclarecer esse ponto. Entretanto, pelo motivo que acabamos de expor, os leitores que são céticos em relação à DRCC não devem deixar que o argumento geral que estamos defendendo seja obscurecido pela formulação do próprio DRCC.

### §3.1 Disputas Não-Canônicas e Desacordo Genuíno

O ponto de que desacordos genuínos podem ser expressos em disputas nas quais os falantes expressam literalmente conteúdos compatíveis, embora possa parecer bizarro em um primeiro momento, pode ser visto por meio de tipos de casos totalmente não-exóticos. Considere, por exemplo, desacordos centrados em informações que são comunicadas por meio de implicaturas.

(2)

(a) Há um próton no núcleo de um átomo de hélio.

(b) Não, há dois prótons no núcleo de um átomo de hélio.<sup>31</sup>

Nesse caso, há desacordo entre os falantes, apesar do fato de que as proposições expressas pelos dois falantes são logicamente consistentes. Na verdade, ambas são verdadeiras<sup>32</sup>. As partes da disputa em (2) discordam em virtude do fato de que o falante de (2a) acredita que há exatamente um próton no núcleo de um átomo de hélio, enquanto o falante de (2b) acredita que há exatamente dois prótons no núcleo de um átomo de hélio. Eles não apenas acreditam nessas proposições, mas também as comunicam e, portanto, percebem corretamente que discordam um do outro.

No entanto, embora seja verdade que os falantes comuniquem esses conteúdos incompatíveis, não é verdade que eles os expressem literalmente. Se a conhecida história de Grice sobre palavras numéricas estiver correta, então o falante de (2a) diz literalmente que há pelo menos um próton no núcleo de um átomo de hé-

<sup>31</sup> Esse exemplo é apresentado em um contexto relacionado em Sundell (2011a).

<sup>32</sup> Pressupomos aqui a análise familiar da implicatura escalar das palavras numéricas. Essa análise não é incontroversa (ver Chierchia (2004), entre outros). Mas é fácil encontrar exemplos alternativos. Mesmo que se prefira uma descrição semântica da implicatura escalar de forma bastante geral, as implicaturas de relevância serão suficientes. Suponha que Sally seja extremamente inteligente, mas tenha uma capacidade de atenção curta. O Falante A diz “Sally conseguiu resolver o último problema do teste”, expressando literalmente a proposição de que Sally tinha a habilidade relevante e comunicando, por meio da implicatura de relevância, que de fato ela o resolveu. (Essa implicatura não precisa estar presente, mas é fácil imaginar contextos em que ela esteja.) O Falante B contesta e responde que “ela optou por desistir antes de chegar lá”. Não há incompatibilidade entre os conteúdos literais das expressões proferidas. Mas há uma incompatibilidade entre o conteúdo adicional que é transmitido pragmaticamente, ou seja, que Sally de fato resolveu o último problema do teste. É em virtude dessa incompatibilidade que essa disputa expressa um desacordo genuíno.

lio, enquanto o falante de (2b) diz literalmente que há pelo menos dois prótons no núcleo de um átomo de hélio. Nesse caso, ambos estão corretos, pois há exatamente dois prótons no núcleo de um átomo de hélio.

Os falantes de (2a) e (2b) realmente discordam um do outro, tanto intuitivamente quanto à luz do princípio DRCC. Não há nada de não-genuíno no desacordo e, de fato, é um desacordo que vale muito a pena ter. O locutor de (2a) está equivocado em virtude de acreditar e comunicar que há exatamente um próton no núcleo de um átomo de hélio, quando na verdade há exatamente dois. Nada disso se torna minimamente problemático pelo fato de que, de acordo com a teoria semântica em consideração, as proposições relevantes são comunicadas pragmaticamente e não semanticamente.

O exemplo em (2) não apresenta um caso de falantes que discordam genuinamente e, ainda assim, querem dizer coisas diferentes com suas palavras. Esse tipo de caso será abordado em breve. Mas ele torna vívidos dois outros pontos. Primeiro, ele demonstra o perigo de assumir, com base na existência de desacordo genuíno, que a disputa relevante envolve a expressão literal (semântica) de conteúdos incompatíveis. Em outras palavras, demonstra que as disputas não-canônicas podem refletir desacordos genuínos. E os tipos de disputas não-canônicas que podem fazer isso - disputas centradas em informações transmitidas via implicatura (ou pressuposição, ou conotação, ou uma série de outros mecanismos comunicativos) - dificilmente são exóticas para os filósofos da linguagem. Isso, por si só, é suficiente para bloquear casos especialmente superficiais ou simplistas de inferências de significado compartilhado a partir do fato do desacordo<sup>33</sup>.

O segundo ponto demonstrado por (2) é que os teóricos tomam um rumo errado assim que confundem a questão de um desacordo ser genuíno com a questão de como as informações sobre as quais um desacordo se concentra são comunicadas. Qualquer princípio como o DRCC implicará que, para que uma disputa expresse um desacordo genuíno, deve haver algum assunto estável sobre o qual as partes discordem. Mas, intuitivamente, as questões sobre a existência de um assunto estável não têm nada a ver com a questão linguística de se as reivindicações concorrentes sobre esse assunto são comunicadas semântica ou pragmaticamente. Essa

---

<sup>33</sup> Isso também demonstra claramente a falsidade de um princípio que às vezes é usado para apoiar essa inferência: se dois falantes discordam genuinamente um do outro, então pelo menos um deles diz algo falso. Disputas como a de (2) demonstram claramente que esse tipo de princípio é muito forte.

intuição é precisamente correta, e (2) oferece um caso claro de como as duas questões se separam. Assim, a partir do fato de que uma determinada disputa reflete um desacordo genuíno, já podemos ver que é necessário ter cautela antes de extrair qualquer conclusão especificamente semântica.

### §3.2 Disputas Metalinguísticas

Disputas centradas em informações implicadas tornam vívida a independência das questões sobre a substância das questões sobre o mecanismo comunicativo. Entretanto, conforme observado, há poucas razões para pensar que as partes da disputa em (2) querem dizer coisas diferentes com suas palavras. Mesmo se permitirmos que alguns desacordos genuínos sejam expressos em disputas não-canônicas, podemos permanecer céticos quanto à possibilidade de um desacordo ser genuíno e expresso em uma disputa não-canônica que é não-canônica *em virtude de uma diferença no significado das palavras*. Entretanto, esse ceticismo é injustificado.

O fato de certas disputas serem não-canônicas em virtude de uma diferença no significado da palavra é mais fácil de ver no caso de expressões sensíveis ao contexto; por isso, começamos com elas. Considere, primeiro, as expressões linguísticas que são sensíveis ao contexto em virtude de serem graduáveis. Isso inclui expressões como “alto”, “grande”, “frio”, etc. (*adjetivos relativamente graduáveis*, no sentido de Kennedy (2007)) que denotam uma propriedade específica somente quando algum parâmetro - um limite ao longo de uma escala de altura, tamanho ou temperatura, por exemplo - tiver sido estabelecido pelo contexto conversacional ou pelas partes do discurso em que a expressão é usada (ver Kennedy 2007). Para o contextualista sobre esse tipo de expressão, o “significado” da palavra não varia em um sentido - ela tem o mesmo caráter em todos os contextos. Mas, em outro sentido importante, o significado da palavra é variável - ele escolhe propriedades diferentes (e, portanto, tem conteúdos diferentes) em contextos diferentes.

Se, em um contexto, soubermos como esse parâmetro é definido - se, por exemplo, conhecermos o limite de “altura” -, então as frases que envolvem expressões como “alto” podem nos fornecer informações úteis sobre a altura das pessoas e dos objetos ao nosso redor. No entanto, não há nenhuma razão para que as coisas

não funcionem exatamente na direção oposta. Se pudermos manter constantes os fatos relevantes sobre altura, as expressões que envolvem adjetivos graduáveis como “alto” podem nos fornecer informações úteis sobre o contexto. Esse último tipo de uso é descrito em Barker (2002), que o chama de *afiação* ou uso *metalinguístico* de um termo. Considere o seguinte caso, descrito por Barker:

Normalmente, [3] será usado para acrescentar ao terreno em comum novas informações sobre a altura de Feynman:

[3] Feynman é alto.

Mas [3] tem outro modo de uso. Imagine que estamos em uma festa. Talvez Feynman esteja diante de nós a uma pequena distância, bebendo ponche e pensando em dançar; de qualquer forma, o grau exato de altura de Feynman é de conhecimento geral. Você me pergunta o que é considerado alto em meu país. “Bem”, eu digo, ‘por aqui, ...’ e continuo pronunciando [3]. Esse não é um uso descritivo no sentido usual. Não forneci nenhuma informação nova sobre o mundo, ou pelo menos nenhuma informação nova sobre a altura de Feynman. Na verdade, supondo que *alto* signifique aproximadamente “ter um grau máximo de altura maior do que um determinado padrão contextualmente fornecido”, eu nem mesmo lhe forneci novas informações sobre as condições de verdade da palavra alto. Tudo o que fiz foi orientá-lo sobre qual é o padrão relevante predominante de altura em nossa comunidade; em particular, esse padrão não deve ser maior do que o grau máximo de altura de Feynman. (Barker 2002, 1-2)

Por que você se daria ao trabalho de perguntar sobre fatos “meramente linguísticos”, como a forma de usar a palavra “alto”? Porque o modo como usamos as palavras é importante. Saber como as pessoas em seu novo ambiente usam a palavra “alto” permitirá que você se comunique mais facilmente com elas, é claro. Mas, além disso, saber como elas usam a palavra “alto” revela informações potencialmente importantes sobre a variedade de alturas que você pode esperar ver localmente.

No seu (2002), Barker não considera os casos em que os falantes discordam sobre as informações comunicadas por esse tipo de uso.<sup>34</sup> Mas é fácil ver como seu exemplo poderia ser estendido dessa forma. Afinal, outro participante da conversa poderia simplesmente objetar e dizer “não, Feynman não é alto”. Da mesma forma que o proferimento original transmitia informações não sobre a altura de Feynman,

---

<sup>34</sup> Mas veja Barker (2013). Sundell (2011a) amplia o caso de Barker para incluir discordâncias envolvendo usos metalinguísticos.

mas sobre o uso apropriado de “alto”, a disputa que se seguiria não seria uma questão de desacordo factual sobre a altura de Feynman, mas de opiniões opostas sobre o uso contextualmente apropriado de “alto”. Barker usa “metalinguístico” para se referir ao tipo de uso de afiação em jogo aqui. Da mesma forma, chamamos as disputas correspondentes sobre a correção ou adequação desses tipos de usos de *disputas metalinguísticas*.

Dentro dessa categoria das disputas metalinguísticas, há uma outra distinção a ser feita. Em alguns usos metalinguísticos de uma expressão, é bastante natural pensar que há fatos previamente estabelecidos sobre as características linguisticamente relevantes do contexto da conversa, fatos que são pelo menos parcialmente independentes das intenções - ou pelo menos das intenções muito locais - das partes envolvidas na conversa. A disputa sobre a adequação de chamar Feynman de “alto” é plausivelmente desse tipo. Nesses casos, é natural pensar que os falantes estão trocando informações que são, em algum sentido (talvez bastante vago), objetivas - informações sobre como o contexto é de fato. Se surgir um desacordo sobre essas informações, como acontece em nossa extensão do caso de Barker, então o desacordo é factual sobre qual das duas ou mais caracterizações concorrentes do contexto conversacional compartilhado é a mais precisa. Entretanto, nem todos os casos de uso metalinguístico se encaixam nesse perfil.

Suponha que Oscar e Callie estejam cozinhando juntos. Na verdade, eles estão preparando a comida para a festa em que o diálogo de Barker acontece. Oscar e Callie acabaram de provar o chili, e Oscar profere (4a) enquanto Callie profere (4b).

(4)

(a) Esse chili está apimentado!

(b) Não, não está nem um pouco apimentado.

Nesse caso, é muito menos natural pensar que há algum fato objetivo previamente estabelecido sobre o limite contextualmente saliente de “apimentado”. Em vez de apresentar reivindicações factuais concorrentes sobre algum limite determinado de forma independente, parece mais natural pensar em Oscar e Callie negociando qual será esse limite.

Por que Oscar e Callie considerariam que valeria a pena se envolver em tal desentendimento, quando eles já concordam com o sabor do chili? Por que se envolver em uma disputa sobre como usar uma palavra? A resposta é a mesma de antes: vale a pena entrar em uma disputa desse tipo porque o uso que fazemos das palavras é importante. Para Oscar e Callie, assim como para muitos de nós, um acordo entre todos os cozinheiros na cozinha de que o chili pode ser descrito como “apimentado” desempenha um papel importante na tomada de decisões coletivas. Em particular, desempenha um papel importante na tomada de decisões sobre a necessidade de adicionar mais tempero. Isso pode não ter nada a ver com o que é analítico sobre “apimentado”. Em vez disso, deriva de fatos sociológicos sobre como as pessoas nas cozinhas agem quando suas criações recebem esse rótulo. Por que Callie deveria se abster de adicionar mais temperos quando o chili não pode nem mesmo ser descrito como “apimentado”?

Usamos a expressão *negociação metalinguística* para nos referirmos a esse segundo tipo de disputa metalinguística - aquelas disputas em que o uso metalinguístico de um termo pelos falantes não envolve simplesmente a troca de informações factuais sobre a linguagem, mas sim a negociação de seu uso apropriado. Acreditamos que as disputas metalinguísticas desse último tipo são comuns. Na verdade, acreditamos que esses usos vão muito além da cozinha, chegando a desacordos sobre o que deve ser considerado “alto” durante nosso jogo de basquete, ou “frio” em nosso escritório compartilhado, ou “rico” em nossa base tributária. Em qualquer um desses casos, os falantes afirmam proposições verdadeiras, mas expressam essas proposições verdadeiras em virtude do fato de que definem os parâmetros contextuais relevantes de maneiras diferentes.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Os usos metalinguísticos em si - por exemplo, o uso de ‘alto’ no caso original de Barker - podem ser analisados como pragmáticos ou como um tipo especial de uso semântico, dependendo dos detalhes da descrição do mecanismo envolvido. Por exemplo, as mudanças provocadas nas crenças do ouvinte sobre a extensão de ‘alto’ podem ser consideradas como resultado de um tipo de acomodação lewisiana, caso em que o uso metalinguístico é um tipo de mecanismo pragmático. Por outro lado, pode-se focar no fato de que, se o conteúdo literal da asserção do falante for aceito pelo ouvinte, isso elimina diretamente do contexto os mundos em que certos fatos (linguísticos) ocorrem - mundos, por exemplo, em que a palavra ‘alto’, em relação ao contexto, não se aplica a Feynman. Essa análise pode sugerir que o uso metalinguístico é um modo semântico de comunicação, embora de um tipo incomum. Ou pode ser analisado, como no trabalho de Barker, dentro da estrutura da semântica dinâmica, na qual a distinção entre semântica e pragmática é tênue e ainda mais complexa. Nada disso afetará nosso argumento aqui, pois, de qualquer forma, o modo de comunicação não é semântico em nenhum sentido que exigiria que os falantes que discordam entre si afirmassem e negassem conteúdos inconsistentes. Além disso, como enfatizamos abaixo, nosso foco está especificamente nas negociações metalinguísticas, nas quais as formas de usar expressões linguísticas não são apenas descritas, mas promovidas. É improvável que essa defesa faça parte do conteúdo literal das expressões em qualquer uma dessas análises e, portanto, nossa tese de que boa parte da ação

Por que essas trocas são percebidas como disputas, quando os falantes não afirmam proposições inconsistentes? Porque, além de afirmarem essas proposições - na verdade, *via* afirmação dessas proposições - eles também defendem pragmaticamente as configurações de parâmetros em virtude das quais essas proposições são asseridas. A alegação de que um limite de “pimenta” é preferível a outro limite de “pimenta” concorrente é o tipo de coisa sobre a qual dois falantes podem discordar. Para ver isso, podemos simplesmente imaginá-los em uma disputa canônica sobre o mesmo tópico. A visão que estamos propondo é que Oscar aceita o conteúdo de que *devemos usar “apimentado” de forma que se aplique ao chili* e Callie aceita o conteúdo de que *não devemos usar “apimentado” de forma que se aplique ao chili*. Esses conteúdos são racionalmente incompatíveis; esse fato seria óbvio se os dois estivessem envolvidos em uma disputa canônica em que Oscar dissesse “devemos usar ‘apimentado’ de forma que se aplique ao chili” e Callie respondesse dizendo “não, não devemos usar ‘apimentado’ de forma que se aplique ao chili”.

Os conteúdos aceitos por Oscar e Callie não se tornam de repente racionalmente compatíveis quando eles expressam esses conteúdos pragmaticamente e não semanticamente. Assim, de acordo com as luzes da DRCC, os desacordos que se refletem nas negociações metalinguísticas são totalmente genuínos. Além disso, dado o contexto certo - por exemplo, um contexto em que precisamos coordenar o tempero do nosso chili, ou o ajuste do nosso termostato, ou nossas escolhas de basquete, ou nossas faixas de tributação progressiva - tais discordâncias podem valer muito a pena, um ponto ao qual retornaremos no §4. E, para enfatizar nosso ponto anterior, a questão de saber se vale a pena ter tais desacordos é totalmente independente do fato de as reivindicações concorrentes serem apresentadas por meio de mecanismos semânticos ou pragmáticos.

Nos casos de negociação metalinguística que consideramos até agora, as negociações se referem a como fixar as configurações de parâmetros para bits de terminologia sensível ao contexto. Em outras palavras, elas se referem ao “significado” no sentido de *conteúdo*, mas não de *caráter*. Afinal de contas, o contextualista admite que um termo como ‘alto’ não varia em seu caráter, mas apenas em seu conteúdo. Mas a negociação metalinguística não se limita a adjetivos gradu-

---

está acontecendo pragmaticamente se mantém, independentemente das opiniões específicas sobre o mecanismo subjacente ao uso metalinguístico em si.

áveis ou outras expressões sensíveis ao contexto. Ela pode até mesmo dizer respeito a palavras que parecem ser bastante fixas em seu significado.

Para ilustrar esse ponto, recorreremos a um caso de Peter Ludlow. Em “Cheap Contextualism”, Ludlow descreve um debate acalorado que ouviu numa rádio esportiva (Ludlow 2008). O debate dizia respeito a uma lista dos maiores atletas do século XX e à questão de se essa lista deveria incluir o cavalo de corrida Secretariat. Simplificando um pouco, podemos imaginar a seguinte troca como parte desse debate:

(5)

(a) Secretariat é um atleta.

(b) Não, Secretariat não é um atleta.

Diferentemente dos casos de afiação metalinguística envolvendo adjetivos graduáveis, há poucas razões para pensar que a expressão linguística relevante aqui - ‘atleta’ - é semanticamente sensível ao contexto.<sup>36</sup> Mas, como nesses casos, também há poucas razões para pensar que a disputa em (5) diz respeito a questões factuais diretas sobre o tópico em questão. Os falantes de (5a) e (5b) conhecem mutuamente todos os fatos sobre a velocidade, força, etc. de Secretariat, e quais corridas, prêmios, metais ele ganhou, etc., assim como Oscar e Callie conhecem mutuamente os fatos sobre a temperatura química do chili. A questão que se coloca, então, é a seguinte: suponhamos que queiramos preservar a intuição de que há um desacordo genuíno expresso na troca de ideias que Ludlow ouviu. Como, então, devemos entender o que está acontecendo?

Independentemente dos pontos de vista precisos de alguém em semântica, deve ser incontroverso que pelo menos *um* tipo crucial de dados para descobrir o que um falante quer dizer com um termo T são fatos sobre o uso que o falante faz de T - padrões de uso que refletem sua disposição de aplicar esse termo de uma forma ou de outra, de forma mais geral. Muitos filósofos, é claro, afirmam que há outros fatores que também importam, e voltaremos a esse assunto quando discutirmos as objeções externalistas ao nosso argumento no §6. Por enquanto, porém, en-

<sup>36</sup> Com isso, deixamos de lado teorias, como a do léxico dinâmico de Ludlow, em que todas ou quase todas as palavras são, em algum sentido, sensíveis ao contexto. De fato, somos simpáticos à visão de Ludlow, mas nosso objetivo aqui é mostrar que as análises metalinguísticas são consistentes mesmo com visões menos radicais.

fatizamos simplesmente que - de forma incontroversa - uma peça crucial do quebra-cabeça para descobrir os significados dos termos são os fatos sobre os padrões de uso do termo pelos falantes.

Suponha, então, que um locutor, o locutor de (5a), aplique sistematicamente o termo ‘atleta’ de forma a incluir animais não-humanos. O outro falante, o falante de (5b), aplica sistematicamente o termo ‘atleta’ de forma a *nunca* incluir animais não-humanos. Isso é verdadeiro mesmo quando todas as informações factuais relevantes estão disponíveis, incluindo, como observado, os fatos sobre a velocidade, a força etc. de Secretariat. Isso, no mínimo, fornece uma razão *prima facie* para pensar que os falantes querem dizer coisas diferentes com a palavra ‘atleta’. Assim, não é artificial concluir - como Ludlow faz - que os falantes de fato querem dizer coisas diferentes e que a disputa em (5) reflete um desacordo sobre qual dos dois conceitos concorrentes, C1 ou C2, é mais apropriado para a conversa. O que está em questão é como o termo ‘atleta’ deve ser usado nesse contexto. Em outras palavras, a disputa é sobre o *caráter* da expressão ‘atleta’.<sup>37</sup>

Nesse entendimento da disputa, cada falante literalmente expressa uma proposição verdadeira dado o conceito que de fato expressa com seu termo. Mas, além disso, os falantes defendem pragmaticamente o conceito que estão usando e em virtude do qual afirmam essas proposições. Assim, sua disputa metalinguística reflete um desacordo genuíno sobre como usar a palavra ‘atleta’. Em particular, é um debate de ética conceitual sobre qual dos vários conceitos concorrentes, e em particular, qual de C1 ou C2, é mais apropriado para a conversa e deve ser expresso pelo termo ‘atleta’.

O caso de Secretariat de Ludlow é particularmente vívido, mas há poucos motivos para pensar que esse tipo de negociação seja incomum. Muitos de nós estão familiarizados com disputas sobre se o Missouri fica no “meio-oeste”, se Plutão é um “planeta” ou se o esforço federal americano de combate às drogas constitui uma “guerra”. Em cada caso, os fatos relevantes - a localização do Missouri, o tamanho e a órbita de Plutão, o conteúdo das políticas antidrogas relevantes - são mutuamente conhecidos entre as partes da disputa. E, no entanto, parece que as

---

<sup>37</sup> É claro que outros fatores - ambiente externo, comunidade de fala ou similares - podem intervir para anular a evidência *prima facie* dessa conclusão. Mas, como enfatizamos em nossa resposta às objeções externalistas no §6, um argumento para uma alternativa externalista à nossa análise do caso do Secretariado deve (a) ser forte o suficiente para anular a evidência primária e compensatória do uso e (b) não recair na necessidade de explicar a possibilidade de desacordo.

disputas são, ou pelo menos têm o potencial de ser, desacordos genuínos em qualquer sentido plausível do termo ‘desacordo genuíno’. Talvez não importe muito quais estados escolhemos incluir no meio-oeste. Mas pode ser muito importante se uma política se destina a tratar de uma doença social ou a promover nossa causa em uma guerra. Como no caso do debate de Oscar e Callie sobre o sabor “apimentado” de seu chili, as negociações metalinguísticas influenciam e promovem processos mais gerais de tomada de decisão e ação coletiva.

Antes de prosseguirmos, queremos enfatizar um ponto importante sobre o que está e o que não está envolvido em ver uma determinada disputa como uma negociação metalinguística. Suponhamos que nossa análise proposta do caso Secretariat esteja correta. É provável que a razão pela qual os dois falantes se dão ao trabalho de entrar nessa discussão sobre ética conceitual (uma discussão sobre como usar o termo ‘atleta’) seja porque, em última análise, eles têm visões normativas diferentes sobre como viver e o que fazer. Nesse caso, talvez os falantes tenham visões normativas diferentes sobre quais tipos de criaturas são merecedoras de quais tipos de reconhecimento e recompensas. Portanto, podemos nos sentir tentados a perguntar: essa questão normativa (e não a questão “meramente linguística” sobre como usar a palavra ‘atleta’) não é *realmente* o motivo do desacordo?

Para responder a essa pergunta, precisamos distinguir duas coisas: (a) as visões normativas de fundo mantidas pelos falantes que os motivam a entrar em uma disputa vs. (b) os estados mentais conflitantes que estão realmente sendo expressos pelos falantes. Partindo do pressuposto de que uma determinada troca é uma negociação metalinguística, o tópico imediato de desacordo nessa troca é um tópico de ética conceitual. Mas é perfeitamente consistente pensar tanto (a) que tal disputa é sobre ética conceitual quanto (b) que uma razão crucial pela qual os falantes se envolvem nessa disputa é por causa das visões normativas que eles têm sobre algum tópico *diferente* da ética conceitual.

Suponha que Martha e George estejam comprando um carro e entrem em uma discussão sobre se os Subarus são carros bons. É totalmente natural afirmar as duas teses a seguir: (1) Martha e George estão discutindo se os Subarus são carros bons ou não - o tópico imediato de sua disputa - e (2) a razão pela qual Martha e George estão discutindo é porque precisam decidir que carro devem comprar jun-

tos - a questão de fundo que os motiva a discutir sobre os méritos dos Subarus. A disputa entre Martha e George é sobre se os Subarus são bons carros, mas eles entram nessa disputa porque divergem sobre qual carro comprar. Da mesma forma, pode-se sustentar o seguinte: a disputa entre os falantes de Ludlow é sobre qual conceito é melhor escolhido por 'atleta', mas eles entram nessa disputa porque divergem sobre se os cavalos são apropriados para receber certos tipos de elogios (ou por causa de alguma outra questão normativa sobre a qual discordam). No caso de Martha e George, não precisaríamos incorporar ao conteúdo que eles expressam (pragmática *ou* semanticamente) as condições de fundo que explicam por que eles estão tendo essa troca linguística. Seria igualmente equivocado fazer isso no caso de negociações metalinguísticas, como no caso Secretariat.

#### §4. DISPUTAS NORMATIVAS E AVALIATIVAS

Na última seção (§3), descrevemos vários casos de disputas metalinguísticas que expressam desacordos genuínos. Essas disputas têm as seguintes características:

1. São não-canônicas: os falantes envolvidos expressam literalmente conteúdos mutuamente consistentes.
2. Elas são não-canônicas em virtude da variação de significado: os falantes expressam conteúdos mutuamente consistentes *porque* não querem dizer (no sentido relevante) as mesmas coisas com suas palavras.
3. No entanto, elas servem como expressões de desacordo genuíno: os falantes envolvidos aceitam (e comunicam) conteúdos incompatíveis e, portanto, *satisfazem* a DRCC.

As disputas metalinguísticas demonstram não apenas que os falantes que discordam genuinamente uns dos outros não precisam expressar literalmente conteúdos incompatíveis, mas também que eles não precisam nem mesmo querer dizer as mesmas coisas com suas palavras. Eles podem empregar termos sensíveis ao contexto com o mesmo caráter, mas com conteúdos diferentes, como em 'apimentado'. Ou podem empregar expressões comuns com caracteres totalmente distintos, como em 'atleta'. (É claro que, no caso típico, quando os caracteres são distintos,

o conteúdo também será distinto.) De qualquer forma, a conexão entre o desacordo genuíno e a mesmidade de significado é rompida. A partir da única premissa de que certa troca linguística reflete um desacordo genuíno entre os falantes envolvidos, *nada se segue* com relação à semântica das expressões empregadas na troca.

Se um teórico espera mostrar que uma disputa em particular realmente permite a conclusão de que os falantes querem dizer as mesmas coisas com suas palavras, ele deve fornecer suporte independente para a tese de que a disputa não apenas reflete um desacordo genuíno, mas também que ela é canônica. Mas é claro que, ao demonstrar que a disputa é canônica, ela terá feito, por outros meios, a maior parte do trabalho necessário para mostrar que os falantes querem dizer as mesmas coisas com suas palavras. O argumento baseado no desacordo em si é, portanto, infundado, sem suporte, ou desnecessário.

A questão à qual nos voltamos nesta seção é a seguinte: quão plausível é que pelo menos algumas disputas normativas e avaliativas do tipo que interessa aos filósofos sejam metalinguísticas? Uma das disputas que já abordamos - a saber, aquela sobre Secretariat - envolve um termo, 'atleta', que é plausivelmente entendido como normativo ou avaliativo. Chamar alguém de 'atleta', pelo menos no contexto com o qual nos preocupamos, é plausivelmente, de alguma forma, elogiá-la. 'Atleta' é, portanto, (indiscutivelmente) um exemplo do chamado termo normativo (ou avaliativo) *denso*: grosso modo, um termo cujo significado estabelece condições de aplicação que envolvem tanto critérios descritivos quanto critérios normativos ou avaliativos.<sup>38</sup>

Dado esse entendimento de 'atleta' como um termo normativo denso, já vimos um exemplo do tipo relevante. No entanto, podemos nos preocupar com o fato de que essa não é uma análise que possa se estender a muitas das disputas normativas e avaliativas que interessam aos teóricos metanormativos. Isso, entretanto, seria um erro. Na ausência de argumentos adicionais sobre o que há de especial em alguma disputa normativa ou avaliativa específica, não vemos razão para que a análise metalinguística não seja uma opção viável em uma ampla variedade de casos. O caso Secretariat fornece um modelo plausível para explicar uma série de outras disputas normativas ou avaliativas que interessaram aos teóricos metanormativos. Em tal análise, essas disputas normativas ou avaliativas comparti-

<sup>38</sup> Para uma útil discussão recente sobre termos normativos densos, alguns dos quais estão no mesmo espírito de nossa discussão, veja Väyrynen (2013). Observe que, na visão de Väyrynen, apenas as condições descritivas de aplicação são incorporadas à semântica de termos normativos densos.

lhariam duas características com o caso Secretariat: (a) seriam consideradas como envolvendo o uso metalinguístico (um mecanismo linguístico distinto) e (b) seriam analisadas como centradas em uma questão de ética conceitual (um tópico normativo distinto).

Nesta seção, discutiremos dois casos diferentes para demonstrar a plausibilidade desse tipo de análise. Começamos com um caso envolvendo o uso do termo ‘tortura’, que, assim como ‘atleta’, é plausivelmente lido como um termo normativo denso. Em seguida, discutiremos um dos casos que apresentamos no início deste artigo, o caso da Terra Gêmea Moral.<sup>39</sup>

Vamos começar com o caso da ‘tortura’. Suponha que, no contexto de um debate político, dois falantes discordem sobre o status do afogamento e profiram, cada um por sua vez, (6a) e (6b).

(6)

(a) *Waterboarding* é tortura.

(b) *Waterboarding* não é tortura.<sup>40</sup>

Vamos supor ainda que o falante de (6a) siga as Nações Unidas na definição de tortura como qualquer ato que inflija sofrimento severo, físico ou mental, com o objetivo de obter informações ou punir (ver United Nations 1984, 85), enquanto o falante de (6b) segue a prática anterior do Departamento de Justiça dos EUA ao definir tortura como qualquer ato que inflija dor que chegue ao nível da morte, falência de órgãos ou comprometimento permanente de uma função corporal significativa (Ver U. S. Department of Justice 2002, 340A).

Mesmo que suponhamos que os falantes queiram dizer coisas diferentes com a palavra ‘tortura’, é claro que não esgotamos o trabalho normativo e avaliativo a ser feito aqui. Afinal de contas, no contexto das discussões sobre as questões morais ou legais que envolvem o tratamento de prisioneiros, há uma questão substantiva sobre qual definição é *melhor*. Ao empregar a palavra ‘tortura’ de uma forma

<sup>39</sup> No §6, examinamos um tipo de disputa normativa ou avaliativa que, por razões lá discutidas, talvez pareça *mais* resistente à análise metalinguística. Esses serão os casos de disputas envolvendo termos normativos ou avaliativos *básicos*, ou seja, aqueles termos cujo significado - como ‘direito’, ‘garantia’ ou ‘bom’ - talvez possa ser usado para explicar os significados de outros termos normativos e avaliativos. Argumentamos que, na ausência de argumentos adicionais consideráveis, o argumento baseado no desacordo é injustificado mesmo nesses casos.

<sup>40</sup> O exemplo da tortura é mencionado em Chalmers (2011) e discutido em alguns detalhes em Sundell (2011a). Ambos fazem observações semelhantes às que fazemos aqui.

que exclui o afogamento, o falante de (6b) comunica (embora não por meio de expressão literal) a opinião de que tal uso é apropriado para essas discussões morais ou legais. Em outras palavras, ela comunica a proposição de que o *waterboarding* em si é, no sentido relevante, não problemático - uma proposição que, segundo nossa opinião, vale a pena discutir.

Agora considere novamente o caso da Terra Gêmea Moral de Horgan e Timmons. Relembrando, no experimento mental de Horgan e Timmons, há dois planetas distantes um do outro - a Terra e a Terra Gêmea Moral. Esses planetas são exatamente os mesmos, exceto pelo fato de que as pessoas na Terra aplicam termos morais de uma forma que é causalmente regulada pela propriedade natural N1, enquanto as pessoas na Terra Gêmea aplicam esses termos de uma forma que é causalmente regulada por uma propriedade natural diferente N2.<sup>41</sup> Horgan e Timmons acham que, para explicar a possibilidade de discordância genuína entre terráqueos e terráqueos gêmeos, é preciso entendê-los como significando e se referindo às mesmas coisas por seus termos morais.<sup>42</sup> Mas esse lance é rápido demais: pelo menos algumas das disputas envolvendo termos morais entre terráqueos e gêmeos terráqueos podem ser metalinguísticas.

Suponha que os terráqueos entendam por ‘moralmente correto’ algo semelhante a “maximizar a utilidade agregada geral”. Ou seja: suponha que alguma forma de utilitarismo analítico seja verdadeira para o termo ‘moralmente correto’, conforme usado pelos terráqueos. Em contraste, suponha que alguma forma de kantismo analítico seja verdadeira para o termo ‘moralmente correto’ para os terráqueos gêmeos, de modo que, para os terráqueos gêmeos, o que seu termo ‘moralmente correto’ significa é algo semelhante a “estar de acordo com o imperativo

---

<sup>41</sup> Estamos apresentando o caso da Terra Gêmea Moral da mesma forma que Horgan e Timmons o discutem, ou seja, como um caso sobre dois planetas diferentes que estão distantes um do outro. Essa apresentação é semelhante à versão original de Putnam de seu caso da Terra Gêmea sobre o uso do termo ‘água’. No entanto, há também versões do caso de Horgan e Timmons e do caso de Putnam que podem ser executadas envolvendo planetas localizados em diferentes mundos possíveis. Nossos argumentos aqui, adequadamente modificados, se aplicam a esses casos. (Abordamos as preocupações com a discordância entre contextos nesta seção; esses pontos se aplicam a todos os planetas ou mundos.) Portanto, vamos nos ater ao caso principal de Horgan e Timmons (ou seja, aquele sobre planetas diferentes no mesmo mundo possível) no que se segue.

<sup>42</sup> Como nosso foco em termos morais indica aqui, é importante enfatizar que estamos aqui considerando que Horgan e Timmons estão falando sobre a Terra Gêmea *Moral*, e não sobre a Terra Gêmea *normativa all-things-considered*. Muitas das questões que Horgan e Timmons estão discutindo tornam-se mais complicadas quando se trata de uma Terra Gêmea *normativa all-things-considered*. As razões para isso ficarão claras em §6.2, quando discutirmos as dificuldades de aplicar nosso estilo de análise metalinguística a termos normativos ou avaliativos explicativamente básicos (como, indiscutivelmente, ‘bom’ e ‘certo’), em oposição a termos não básicos, como ‘atleta’ ou ‘moralmente bom’.

categorico”. Agora imagine que algumas pessoas da Terra e da Terra Gêmea Moral acabem se encontrando. Como parte desse encontro, imagine que haja a seguinte troca de ideias entre Bob, o Terrestre, e Chris, o Gêmeo-Terrestre:

(7)

(a) Mentir com o objetivo de promover a felicidade humana às vezes é moralmente correto. De fato, muitas vezes é!

(b) Não, você está errado. Nunca é moralmente correto mentir para promover a felicidade humana.

Podemos considerar a troca entre Bob, o terráqueo, e Chris, o gêmeo-terráqueo, como um desacordo genuíno, mesmo se mantivermos fixa nossa suposição de que o utilitarismo analítico é verdadeiro para o termo ‘moralmente correto’ de Bob e o kantismo analítico é verdadeiro para o termo ‘moralmente correto’ de Chris? Lembre-se de nossa discussão sobre o caso Secretariat. Assim como nesse caso, podemos ver Bob, o terráqueo, e Chris, o gêmeo-terráqueo, envolvidos em um desacordo (talvez tácito) sobre qual é o conceito correto a ser usado nesse contexto. Nesse contexto, a questão é indiscutivelmente sobre qual conceito usar para descobrir como viver e orientar os planos de alguém sobre o que fazer.

Mais especificamente, tem algo a ver com qual conceito deve desempenhar um papel funcional que diga respeito a questões de como navegamos em nossas decisões sobre como tratar os outros, o que considerar uns aos outros responsáveis por fazer e como viver de forma mais geral. A discordância pode ocorrer praticamente pelo mesmo motivo pelo qual as pessoas se preocupam com o conceito expresso por ‘tortura’: dado um determinado cenário histórico-social - um cenário no qual determinadas palavras (em grande parte independentes do conceito específico que expressam) desempenham papéis funcionais específicos e importantes em nossas práticas - os participantes podem se preocupar muito (e resultados genuinamente substanciais podem depender disso) com os pares conceito/palavra que empregamos em um determinado contexto. O debate entre Bob, o terráqueo, e Chris, o gêmeo-terráqueo, acabaria por se voltar para questões normativas substantivas, ou seja, a questão normativa substantiva de (aproximadamente) qual é o melhor conceito a ser empregado para descobrir o que fazer.<sup>43</sup> No entanto, não se-

<sup>43</sup> A história que sugerimos aqui repercute as histórias oferecidas em Copp (2000) e Merli (2002). Assim, como enfatizamos na introdução deste artigo, uma maneira de ver o que estamos fazendo aqui

ria a questão normativa substantiva que Horgan e Timmons (e talvez Bob e Chris) parecem pensar que está em questão, ou seja, o que é moralmente correto, de acordo com um significado de ‘moralmente correto’ compartilhado entre os falantes.<sup>44</sup>

Mas uma preocupação bastante séria permanece.<sup>45</sup> A maioria de nós tem a intuição de que, mesmo que Bob, o terráqueo, e Chris, o gêmeo-terráqueo, nunca conversassem um com o outro - mesmo que não soubessem que o outro existisse, muito menos como usavam suas palavras - ainda assim haveria uma discordância entre eles. Então, como nossa análise proposta poderia ter alguma esperança de estar correta? Em termos mais gerais, como um relato metalinguístico desse tipo de disputa pode explicar *qualquer* caso de discordância através de contextos - discordância na qual não há um contexto compartilhado sobre o qual discutir, ou nenhuma linguagem compartilhada para negociar?

Ao abordar essa dificuldade, lembre-se, primeiro, de que as negociações metalinguísticas se distinguem das disputas canônicas de duas maneiras. Há um mecanismo linguístico distinto - o uso metalinguístico - e um tópico normativo distinto - um tópico dentro do que chamamos de “ética conceitual”. Em nossa proposta, a discordância de Bob e Chris diz respeito a qual conceito expressar com a expressão ‘moralmente correto’. Nossa proposta é que cada um deles defende uma visão sobre qual conceito é mais adequado para desempenhar um determinado papel funcional no pensamento e na prática, um papel que inclui questões sobre como tratar os outros, o que responsabilizar uns aos outros por fazer e como viver de forma mais geral. Um dos motivos pelos quais Bob e Chris querem que seu conceito preferido seja aquele expresso pelo termo ‘moralmente correto’ é porque cada um deles

---

é mostrar por que esse tipo geral de resposta ao caso da Terra Gêmea Moral não é uma resposta única a um argumento específico, mas flui naturalmente de uma imagem geral da comunicação.

<sup>44</sup> Não nos preocuparíamos se Bob e Chris tivessem intuições sobre sua disputa que fossem contrárias à nossa análise; falantes comuns têm todo tipo de intuições equivocadas sobre a linguagem. Na verdade, achamos que é um erro pensar que os falantes comuns de fato têm intuições *de uma forma ou de outra* sobre distinções tão sutis como essa. Lembre-se que, em qualquer uma das análises, a disputa entre Bob e Chris, no final das contas, gira em torno de questões normativas substantivas sobre o que fazer. Se essa discordância é refletida por meio de conteúdos inconsistentes expressos com conceitos compartilhados ou por meio de conceitos concorrentes competindo para desempenhar um único papel funcional, é mais do que se espera que qualquer falante comum tenha intuições. Além disso, mesmo que eles tivessem tais intuições, e mesmo que nossa análise contradissesse essas intuições, não consideraríamos isso devastador para nossa análise proposta. Em primeiro lugar, as intuições populares sobre como o pensamento e a fala funcionam muitas vezes podem estar equivocadas. Em segundo lugar, como explicamos mais adiante neste artigo, há boas razões para suspeitar que as pessoas muitas vezes resistem a ver uma de suas disputas como metalinguística, mesmo quando de fato é. Ver Plunkett e Sundell (Forthcoming-a) para uma discussão mais detalhada.

<sup>45</sup> Agradecemos a Mike Ridge por enfatizar essa inquietação.

acredita (corretamente) que o que quer que seja chamado de ‘moralmente correto’ provavelmente desempenhará esse papel, e que as pessoas que acham que ‘moralmente correto’ deve significar algo diferente têm uma visão diferente sobre qual conceito deve desempenhar esse papel funcional. Como no caso de ‘atleta’, isso pode não ter nada a ver com o que é analítico sobre o termo. Pode simplesmente ter a ver com fatos sociais, históricos e psicológicos sobre o que está associado ao uso desse termo.

Dado esse tipo de desacordo na ética conceitual, é totalmente sensato supor que, *antes* de se envolverem em qualquer troca linguística - antes mesmo de estarem cientes da existência um do outro, muito menos da linguagem um do outro - Bob e Chris têm opiniões sobre qual conceito deve desempenhar esse importante papel funcional no pensamento e na prática. Eles teriam essas opiniões de forma totalmente independente de qualquer consciência da outra pessoa ou da existência de outro idioma. A opinião de Bob é que o conceito analiticamente utilitário C1 deve desempenhar esse papel funcional na organização de nossas vidas, e a opinião de Chris é que o conceito analiticamente kantiano C2 deve desempenhar esse papel. Essas visões são incompatíveis, independentemente de Bob e Chris se envolverem em uma conversa em que expressam essas visões. Assim, de acordo com as luzes da DRCC, eles discordam, independentemente de iniciarem uma conversa. Por sua vez, se eles *de fato* começarem a conversar um com o outro, é totalmente sensato que eles tenham um desacordo não apenas sobre qual conceito utilizar, mas qual conceito utilizar usando a expressão ‘moralmente correto’. Assim, a questão normativa se torna não apenas qual conceito usar, mas também qual conceito será combinado com essa expressão específica ‘moralmente correto’. Essa troca linguística, uma vez ocorrida, pode prosseguir via negociação metalinguística.

Nosso objetivo não é defender, de uma vez por todas, esta análise particular neste domínio particular. O ponto importante é que uma análise da discordância entre Bob e Chris como sendo relativa à ética conceitual antes de se encontrarem, e relativa à ética conceitual - e expressa por meio de negociação metalinguística depois de se encontrarem - é mais do que suficientemente plausível para anular a rápida inferência *via* argumento da melhor explicação que parte de intuições sobre sua discordância e chega a conclusões semânticas sobre o que os terráqueos e os gêmeos terráqueos morais querem dizer com os termos morais relevantes. Pode

não ser capaz de anulá-los considerando todas as coisas, mas certamente é o suficiente para bloquear a maneira rápida com que esses argumentos de inferência da melhor explicação, nesse tipo de caso, são frequentemente utilizados.

Acabamos de sugerir que a disputa entre Bob, o terráqueo, e Chris, o gêmeo-terráqueo, pode ser plausivelmente lida como uma disputa metalinguística sobre quais padrões de articulação e implementação de conceitos devem ser adotados (ver a nota de rodapé a seguir). Uma ampla gama de teorias semânticas sobre ‘moralmente correto’ pode fazer uso desse tipo de análise metalinguística desse tipo de disputa. No entanto, a disponibilidade desse tipo de análise será mais útil para os pontos de vista que são frequentemente acusados precisamente de serem incapazes de explicar a possibilidade de um desacordo genuíno. Entre elas estão as visões contextualistas nas quais as afirmações normativas ou avaliativas têm um significado determinado apenas em relação a algum juiz ou grupo - por exemplo, visões em que o termo ‘moralmente correto’ significa algo como “ser aprovado por mim” ou “ser aprovado pela minha comunidade”.<sup>46</sup> Elas também incluem pontos de vista que consideram uma visão substantiva de dentro da teoria moral a ser incorporada ao significado de um termo como ‘moralmente correto’ - por exemplo, o utilitarismo analítico, que considera o significado de ‘moralmente correto’ como algo como “maximiza a utilidade esperada”. Essas visões prometem explicar os desacordos, recorrendo a toda a gama de disputas não-canônicas, especialmente as metalinguísticas. O grau de viabilidade dessas visões dependerá de uma exploração mais detalhada dos casos específicos, alguns dos quais recebem apenas descrições esboçadas quando aparecem em argumentos baseados em desacordo. No entanto, o mais importante é que, uma vez que a análise metalinguística esteja disponível para eles, esses pontos de vista não podem ser descartados simplesmente em virtude da presença de desacordo genuíno.

#### **§4.1 As Negociações Metalinguísticas Envolvem Desacordos que Vale a Pena Ter?**

---

<sup>46</sup> Para obter informações valiosas sobre esse tipo de visão contextualista, consulte Dreier (1990) e Harman (2000). Para críticas a esse tipo de visão contextualista, inclusive com base no fato de que ela não levaria adequadamente em conta o desacordo, consulte Gibbard (1990), Smith (1994), Boghossian (2006) e Egan (2012).

Argumentamos que a análise metalinguística de uma determinada disputa normativa ou valorativa não pode ser descartada pela intuição de que a disputa expressa um desacordo genuíno, mesmo com o objetivo de justificar essa intuição. Talvez, no entanto, as análises metalinguísticas de tais disputas possam ser descartadas por sua incapacidade de justificar outras intuições que temos sobre elas - intuições que estão ligadas ao fato de que há um desacordo *de um certo tipo* que é expresso na disputa. Nesta seção, consideramos o que talvez seja a questão mais importante nessa frente: ou seja, a questão de se as negociações metalinguísticas podem ou não refletir *desacordos que vale a pena ter*.

Ao pensarmos em nossas escolhas de como usar nossos termos, é fundamental entender que as questões de uso de palavras não se limitam à mera definição ou estipulação, mas podem ser respondidas por meio de adjudicação substantiva. De fato, em alguns casos, questões de palavras e uso podem ser respondidas até mesmo por considerações puramente objetivas e descritivas nas ciências naturais. Para ver isso, suponha que, no contexto de uma sala de aula de biologia, dois falantes discordem sobre o status dos tomates e profiram, cada um, (8a) e (8b).

(8)

(a) Tomates são frutas.

(b) Não, tomates não são frutas.

Vamos supor ainda que o falante de (8a) seja um biólogo de plantas e o falante de (8b) seja um chef. Assim como no caso da tortura, mesmo que suponhamos que os falantes queiram dizer coisas diferentes com a expressão relevante, fica claro que não esgotamos o trabalho de avaliação a ser feito. Embora a definição de fruta do chef tenha vantagens em relação às nossas práticas culinárias e tradição gustativa, a definição do biólogo - segundo a qual os tomates são realmente frutas - é mais adequada para a sala de aula de biologia. Ela é mais adequada a esse contexto científico não por uma questão de convenção ou estipulação, mas objetivamente melhor: os objetos na extensão do termo do biólogo combinam de forma mais metafisicamente natural do que os objetos na extensão da definição do chef.<sup>47</sup>

<sup>47</sup> Para uma discussão que defenda a ideia de que alguns conceitos são mais adequados para descrever o mundo devido à sua natureza objetiva, consulte Sider (2012). O caso 'tomate' e uma série de exemplos relacionados são discutidos em mais detalhes em Sundell (2011a). Deve-se observar que, embora tenhamos apresentado nosso argumento aqui em termos de um tipo de realismo metafísico,

E são exatamente essas categorias metafisicamente naturais que buscamos identificar quando estamos em uma sala de aula de biologia.

Assim, mesmo se assumirmos que a disputa em (8) é como o desacordo sobre Secretariat, e que as partes realmente querem dizer coisas diferentes com suas palavras, ainda há questões muito reais a serem resolvidas e existem todos os recursos usuais - por mais difícil que seja classificá-los - com base nos quais podemos considerar que uma parte ou outra (ou ambas!) está errada. Isso apesar do fato de que, devido às diferenças de significado, ambas as partes de cada uma das disputas expressam proposições verdadeiras literalmente. Como enfatizamos o tempo todo, os desacordos na ética conceitual podem estar intimamente ligados a questões substantivas e paralelas de fora da ética conceitual. Eles podem estar ligados (mesmo que não *diretamente*, por razões discutidas no final do §3.2) à coordenação da tomada de decisão e da ação na preparação do nosso chili, a questões sobre o mérito de Secretariat e até mesmo a questões totalmente objetivas sobre a melhor forma de dividir o mundo natural em categorias biológicas. Assim, acreditamos que as negociações metalinguísticas são totalmente capazes de expressar desacordos genuínos, exatamente do tipo que achamos que estamos tendo nos respectivos casos, desacordos substantivos com os quais vale a pena se engajar.

No entanto, podemos nos preocupar com o fato de que, mesmo se estivermos certos de que as negociações metalinguísticas são capazes de expressar o tipo relevante de desacordo substantivo que vale a pena ter, ainda há algo suspeito acontecendo aqui; que há pelo menos *algum sentido* em que esses desacordos permanecem menos substantivos do que os desacordos que são expressos em disputas canônicas. Uma maneira de tentar fazer valer essa intuição é apelar para fatos sobre o que os próprios falantes consideram que vale a pena gastar seu tempo discutindo. Podemos perguntar: as partes em negociações metalinguísticas realmente se considerariam como expressando desacordos que vale a pena ter se soubessem o que está acontecendo? Talvez elas simplesmente reafirmassem seus pontos de vista em um vocabulário compartilhado, e a desacordo se dissolveria. David Chalmers,

---

nosso argumento é geral. Se alguém começa como um antirrealista metafísico, nada sobre a análise metalinguística dessa disputa o forçaria a vê-la como adjudicável com referência a tipos naturais metafisicamente reais. O ponto importante (e mais surpreendente) é que a análise metalinguística é totalmente consistente com um realismo metafísico totalmente robusto sobre tipos naturais. Além disso, ela é totalmente *consistente* com o pensamento de que existem fatos normativos metafisicamente fundamentais - incluindo fatos normativos metafisicamente fundamentais sobre quais conceitos devem ser usados.

entre outros, viu a paráfrase como uma forma de distinguir disputas “meramente verbais” (que não valem a pena) de disputas substantivas (que valem a pena) mais ou menos da seguinte forma: disputas substantivas são aquelas que sobrevivem à paráfrase, enquanto as meramente verbais não (Chalmers 2011). Assim, vale a pena perguntar: as negociações metalinguísticas do tipo que estamos discutindo sobrevivem à paráfrase?

Dado que já mostramos que as negociações metalinguísticas podem se concentrar em informações que, *de fato*, vale a pena debater, a questão aqui é a seguinte: os falantes envolvidos em uma negociação metalinguística provavelmente reconhecerão que sua disputa vale a pena uma vez que tenha sido parafraseada em uma descrição teórica mais completa do que está acontecendo? Ou, em vez disso, quando reconhecerem que sua disputa é uma negociação metalinguística, eles pensarão que seu debate é “meramente verbal”?

Para lidar com essa questão, primeiro considere que, quando os falantes envolvidos em uma disputa *se consideram em desacordo*, há pouca razão para pensar que eles têm intuições refinadas sobre os modos de comunicação com os quais expressam seus desacordos ou sobre distinções teóricas sutis entre tipos igualmente substantivos de desacordo. Os falantes comuns não têm intuições do tipo que poderiam levar a distinções sutis sobre a distinção entre semântica e pragmática. Como poderiam, se os teóricos estão, em muitos casos, divididos sobre quais aspectos do significado pertencem a cada lado da barreira? E também não devemos pensar que os falantes comuns têm intuições do tipo que fariam distinções sutis entre questões de primeira ordem e questões intimamente correspondentes da ética conceitual. Questões sobre modos de comunicação e questões de primeira ordem versus questões conceituais (correspondentes) são *questões teóricas*. Embora as intuições comuns de aceitabilidade, relações de acarretamento e similares sejam aqui, como em outros lugares, uma fonte crucial de dados para responder a essas perguntas, as respostas em si não são o tipo de coisa sobre a qual temos intuições. (Lembre-se de que as intuições que temos - que há um desacordo; que o desacordo pode valer a pena; que o desacordo é, em última análise, sobre como temperar a comida, tratar os prisioneiros, categorizar o mundo biológico, etc. - são *justificadas* pela análise metalinguística). Assim, a análise metalinguística não é realmente o tipo de coisa à qual os falantes poderiam, no sentido relevante, *resistir*.

Suponha, no entanto, que uma análise metalinguística de alguma disputa *seja* incompatível com o entendimento aproximado dos falantes sobre o que é a disputa - que os falantes, por exemplo, acreditem firmemente que estão tendo uma disputa canônica diretamente sobre *a natureza real da tortura*, em vez de uma negociação metalinguística sobre como o termo ‘tortura’ deve ser usado no contexto em questão. Nesse caso, o fato de os falantes considerarem ou não que vale a pena continuar o debate dependerá de (a) se há algo substantivo em jogo na forma como os termos relevantes são usados no contexto (o que, como argumentamos, geralmente há) e (b) se os falantes reconhecem esse fato. Se houver algo em jogo e os falantes estiverem em posição de reconhecer esse fato, não há razão para pensar que os falantes descartarão sua disputa como algo que não vale a pena.

Antes de prosseguir, é necessário mencionar mais um ponto sobre paráfrase. Trata-se do fato de que, em algumas negociações metalinguísticas, pode haver uma razão importante para que os participantes da disputa resistam à paráfrase de sua discussão, *mesmo que* ambas as partes na disputa continuem achando que a disputa vale a pena se receberem a paráfrase. Considere que, como já discutimos, muitas negociações metalinguísticas que valem a pena são aquelas em que os participantes estão envolvidos em um desacordo (em grande parte tácito) sobre qual conceito deve desempenhar um determinado papel funcional no pensamento e na prática de um grupo de pessoas. Em contextos sociais em que o conceito associado a uma determinada palavra (por exemplo, ‘tortura’, ‘atleta’, ‘democracia’, ‘liberdade’, ‘felicidade’ ou ‘igualdade’) desempenha algum papel funcional importante, em parte *em virtude de* estar associado a essa palavra, faz sentido que as pessoas se importem com o fato de seu conceito preferido estar associado à palavra em questão. Assim, por exemplo, dado que o que quer que seja considerado um “atleta” é elegível para ser tido em certa estima (e talvez com certas recompensas monetárias) - uma característica do termo (vamos supor) que não tem nada a ver com o que é analítico sobre ‘atleta’, mas sim com fatos sociológicos sobre seu papel funcional - os participantes da disputa de Ludlow têm boas razões para resistir ao uso de seu interlocutor, mesmo que reconheçam que, dada a diferença de significado, pode ser literalmente verdadeiro. Permitir essa paráfrase limitaria a capacidade dos participantes de defender efetivamente seu conceito preferido.

Para enfatizar esse último ponto, considere que em um contexto como um debate no rádio esportivo - e, na verdade, em muitos contextos de comunicação mais pública (como comícios políticos, protestos e, possivelmente, grande parte da própria *filosofia* política) - não se está tentando se comunicar apenas com um interlocutor, mas com toda uma gama de pessoas que têm algumas associações aproximadas com as palavras relevantes, como 'atleta' ou 'liberdade'. Em um contexto como esse, será muito difícil defender os tipos de conceitos que se acredita que devam desempenhar um determinado papel funcional sem recorrer a atitudes aproximadas que as pessoas já têm em relação à própria palavra relevante. Parafrasear em tal contexto será, portanto, um movimento taticamente menos atraente do que, digamos, em uma sala de seminário de filosofia, onde o principal objetivo dos participantes é entender exatamente o que está em questão, em vez de defender alguma causa política ou moral.<sup>48</sup>

## §5. IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Argumentamos que as negociações metalinguísticas são um meio difundido de expressar desacordo e que esse fenômeno se estende a disputas que envolvem termos normativos ou avaliativos. Argumentamos ainda que essa visão é perfeitamente compatível com a visão de que tais disputas evidenciam desacordo genuíno. Se esse argumento vingou, isso significa que os filósofos estão errados em concluir do fato de que uma determinada troca envolve um desacordo genuíno que os falantes envolvidos nessa troca querem dizer as mesmas coisas com as palavras que usam. Além disso, esse argumento traz uma ferramenta importante para se explicar a possibilidade de desacordos genuínos sobre pontos de vista que frequentemente são considerados problemáticos exatamente nesse aspecto, incluindo várias formas de contextualismo.

Ao concluir nosso argumento central, gostaríamos de abordar brevemente um resultado final dessas conclusões. Muitos filósofos que trabalham com a semântica de termos normativos e avaliativos entendem que sua tarefa é descobrir como pessoas com visões substantivas muito diferentes sobre a extensão de um termo, como 'obrigação moral' ou 'direito', podem estar genuinamente discordando umas

---

<sup>48</sup> Agradecemos a Bob Goodin pela valiosa discussão desses últimos pontos.

das outras quando têm uma disputa formulada em parte nesses termos. Em muitos casos, a tarefa se resume a isto: descobrir um significado do termo que possa ser compartilhado por todas as partes nessas disputas, um significado que, apesar da variação sistemática no uso, permita a coerência conceitual de suas respectivas visões do que se enquadra na extensão do termo. Chamamos essa de *A Tarefa de Significado Compartilhado* com respeito a um determinado termo.

Essa é uma tarefa difícil: o teórico deve enfiar a linha em uma agulha muito fina, construindo uma análise que seja substantiva o suficiente para diferenciar a expressão sob análise de outras expressões próximas e, ao mesmo tempo, ser tão desprovida de conteúdo específico que seja plausível ser o significado compartilhado por falantes que aplicam o termo de maneiras sistematicamente diferentes. Muitos teóricos parecem entender sua tarefa em grande parte nesses termos, e consideram a satisfação dessas duas considerações concorrentes para fornecer uma estrutura para a teoria metanormativa.<sup>49</sup>

Mas se nosso trabalho está no caminho certo, então essa metodologia está seriamente solapada. Se pudéssemos ter certeza, antecipadamente, de que algum subconjunto de disputas normativas ou avaliativas fosse canônico - que expressasse desacordo genuíno *via* expressão literal de conteúdos conflitantes - então, talvez, a Tarefa de Significado Compartilhado caracterizasse com precisão o empreendimento teórico subsequente. Mas, como argumentamos, muitas disputas normativas e avaliativas simplesmente não são canônicas. Portanto, a compreensão generalizada da teoria metanormativa como centrada na Tarefa de Significado Compartilhado baseia-se em um erro.

Os teóricos metanormativos *não* devem presumir que uma determinada disputa normativa ou avaliativa seja canônica até que haja uma razão independente para pensar que seja. Em vez disso, supondo que a disputa realmente expresse um desacordo, os teóricos devem sustentar simplesmente que há algum conflito racional nos conteúdos mentais aceitos pelos falantes envolvidos, um conflito que pode ou não ser refletido no conteúdo semântico dos proferimentos dos falantes. O teórico deve procurar os conteúdos sobre os quais esse desacordo pode ser (a superfície do que *parece* ser sobre pode ser enganosa), bem como os diferentes mecanismos pelos quais esse conflito de atitudes pode ser expresso. Finalmente,

---

<sup>49</sup> Para exemplos representativos dessa linha geral de pensamento na teoria metanormativa, consulte Gibbard (1990, 1992), Smith (1994) e Darwall (2002).

uma vez que tenhamos diferentes propostas sobre como explicar o que está acontecendo em uma determinada troca (propostas que incluirão elementos semânticos e pragmáticos), podemos então avaliar as propostas quanto ao seu desempenho em explicar os vários fatores que todos os lados concordam que precisam ser considerados - incluindo fatos sobre o sentimento de conflito entre os falantes, as características linguísticas do discurso e a substantividade, como é o caso, do debate.

Se isso estiver certo, então não está claro que os filósofos que trabalham com a semântica de termos normativos e avaliativos enfrentarão a Tarefa de Significado Compartilhado para o(s) termo(s) em questão. De fato, *frequentemente* pode ser que os falantes em questão queiram dizer coisas diferentes com suas palavras normativas ou avaliativas, mas que, no entanto, seu desacordo seja inteiramente genuíno. A análise metalinguística não é, afinal, uma teoria que desmascara nossa intuição de desacordo nos casos relevantes; ela *justifica* nossa intuição de que as disputas em questão expressam desacordos genuínos e válidos. Embora nem toda disputa normativa ou avaliativa se revele, em uma análise final, como uma negociação metalinguística, cometemos um grave erro ao permitir que a intuição do desacordo por si só exclua as teorias que postulam a variação interpessoal, intercontextual ou interteórica no significado. Assim, a Tarefa de Significado Compartilhado - inevitável nos casos em que, previamente, sabemos que uma disputa é canônica - não pode desempenhar o papel de estruturação do debate que frequentemente tem, sob pena de deixar nosso conjunto de ferramentas teóricas seriamente empobrecido.

## §6. OBJEÇÕES E RESPOSTAS

O §5 conclui nossa principal linha de argumentação neste artigo. Lembre-se, no entanto, de que um de nossos objetivos é este: fornecer uma defesa mais completa e sistemática da negociação metalinguística do que a oferecida na literatura metanormativa. Para atingir esse objetivo, consideramos e respondemos a três importantes objeções à tese de que muitos desacordos normativos e avaliativos são expressos por meio de disputas que são melhor analisadas como negociações metalinguísticas. A primeira objeção diz respeito ao externalismo sobre conteúdos ou contextos. A segunda objeção diz respeito a termos normativos ou avaliativos expli-

citamente básicos. A terceira objeção diz respeito à capacidade da análise metalinguística de fazer previsões precisas sobre um fenômeno aparentemente relacionado - a negação metalinguística.

### §6.1. Objeção 1: Externalismo

Em nossa apresentação dos casos destinados a exemplificar mais claramente as negociações metalinguísticas - o caso sobre atleta e o caso sobre apimentado - presumimos que os itens linguísticos relevantes de fato expressam conteúdos diferentes nas bocas dos respectivos falantes. Isso é, presumimos que, na boca do falante de (5a), ‘atleta’ era realmente atribuído a cavalos, enquanto na boca do falante de (5b), ‘atleta’ não era realmente atribuído a cavalos. Da mesma forma, presumimos que, no proferimento de Oscar em (4a), ‘apimentado’ era, em relação ao contexto, verdadeiramente atribuído ao chili, enquanto no proferimento de Callie em (4b), ‘apimentado’ era, em relação ao contexto, não verdadeiramente atribuído ao chili.

Neste ponto, aqueles inclinados ao externalismo sobre o conteúdo linguístico ou sobre os contextos podem querer objetar. Afinal, de acordo com o externalista, o significado de ‘atleta’ não depende apenas de fatos sobre o falante, seja de seus estados mentais ou de seus padrões reais de uso. De acordo com o externalista sobre o conteúdo, embora os estados mentais e os fatos sobre o uso desempenhem algum papel na determinação do conteúdo linguístico, um papel importante também é desempenhado, digamos, pelos fatos histórico-causais sobre a palavra ‘atleta’, ou seu significado para a comunidade de fala relevante, ou os contornos da espécie natural correspondente. Da mesma forma, de acordo com um externalista sobre o contexto, o limiar contextualmente saliente para ser picante - a configuração do parâmetro contextual que determina o significado de ‘apimentado’ em relação a um contexto - não é meramente uma função das intenções dos falantes individuais, mas é determinado em parte por características objetivas do contexto que eles compartilham. O externalismo de conteúdo e o externalismo de contexto não precisam andar juntos.<sup>50</sup> Mas um defensor de qualquer um dos tipos de externa-

---

<sup>50</sup> Por exemplo, Stalnaker (1999) defende o externalismo sobre o conteúdo, mas não sobre o contexto.

lismo pode se opor à nossa apresentação do tipo correspondente de disputa supostamente metalinguística. Dado o papel de fatores fora do controle ou mesmo do conhecimento dos falantes, os fatos linguísticos relevantes estão, para o externalista, estabilizados entre as partes dos desacordos.

Para esse tipo de objeção, temos duas respostas: uma é um esclarecimento dialético e a outra é um ponto substantivo. Primeiro, o esclarecimento dialético. Embora tenhamos apresentado esses casos como se os falantes de fato expressassem conteúdos diferentes com suas palavras, não pedimos ao leitor que assuma que essa é a análise correta; o fato de os falantes expressarem conteúdos diferentes não é uma *premissa* em nosso argumento. Em vez disso, nossa apresentação dos casos tem a força de uma *suposição*: mesmo se supormos que os falantes querem dizer coisas diferentes com suas palavras, ainda podemos explicar como essas disputas têm as propriedades que têm. Talvez o externalista também possa explicar como essas disputas conseguem expressar desacordos genuínos. Isso é ótimo. Mas a análise metalinguística tem sua própria explicação para esses fatos. Há razões independentes para ser um externalista. (Se elas são decisivas é outra questão.) Mas as considerações levantadas aqui mostram que essas razões não incluem a incapacidade das teorias concorrentes de explicar o que está acontecendo em disputas como as acima. Uma análise que não faça menção a esses fatores estabilizadores de significado pode, no sentido identificado anteriormente neste artigo, fazer um trabalho totalmente bem-sucedido para explicar a possibilidade de desacordo nesses casos.

Nossa resposta mais substantiva é a seguinte: qualquer forma de externalismo - de conteúdo ou de contexto - forte o suficiente para lidar com *qualquer* caso plausível de negociação metalinguística será exageradamente forte. Assim, qualquer um, externalista ou não, em qualquer caso, precisará dos recursos para descrever *algumas* disputas como negociações metalinguísticas. A questão é simplesmente até onde a análise deve se estender. Ela *pode* se estender até casos como os que consideramos no parágrafo 3.2 (por exemplo, os casos envolvendo ‘apimentado’ e ‘atleta’). Afirmamos que traçar a linha em algum lugar no meio antes de investigar os detalhes dos casos relevantes se mostrará, na melhor das hipóteses, *ad hoc*.

Para ver que até mesmo o externalista requer a noção de negociação meta-linguística, primeiro considere o caso de externalismo sobre o conteúdo. No caso sobre Secretariat, consideramos dois falantes que, além do uso de ‘atleta’, eram linguisticamente muito semelhantes. Mas casos semelhantes podem ser imaginados entre falantes de dialetos distintos e mutuamente compreensíveis. Considere um debate entre os falantes de (9a) e (9b). Eles estão descrevendo um restaurante que ambos visitaram. No entanto, o falante de (9a) é britânico, enquanto o falante de (9b) é americano.

(9)

(a) *Burgers* vêm com *chips*.

(b) Não, *burgers* não vêm com *chips*.

O diálogo em (9) é um caso claro do que podemos chamar de uma disputa *meramente verbal*. O falante de (9a) usa ‘chips’ para se referir a *french fries* (batatas fritas), enquanto o falante de (9b) usa ‘chips’ para se referir a *potato chips* (ou ‘*crisps*’, para o falante de (9a)). A disputa entre eles tem como premissa um mal-entendido linguístico e, por essa razão, é infrutífera - ela não reflete um desacordo, em nosso sentido, de forma alguma. Mas há outros contextos em que esse diálogo pode ocorrer, contextos em que ele não é de todo infrutífero.

Imagine, por exemplo, que a disputa ocorra entre dois falantes que sabem perfeitamente bem que não pertencem a comunidades linguísticas idênticas, mas que acabaram trabalhando na mesma empresa de serviços de bufê. Os dois funcionários sabem que hambúrgueres vêm com batatas fritas, embora descrevam esse fato de maneiras diferentes. Eles se envolvem na disputa em (9) no contexto de uma discussão sobre como o cardápio deve ser escrito e como os pratos devem ser descritos para seus clientes. Nesse caso, há muito em jogo quanto ao fato de ‘chips’ ser usado para se referir a *french fries* (batatas fritas) ou a *crisps* (batatas fritas).

Nessa disputa, assim como no caso Secretariat, há conhecimento mútuo de todos os fatos não linguísticos relevantes sobre os objetos que os falantes descrevem. E, assim como naquele caso, os falantes persistem em sua disputa, e de uma forma que não é, em nenhum sentido óbvio, infrutífera ou confusa. O que é mais

natural nesse caso é dizer, assim como dissemos no caso Secretariat, que os falantes discordam sobre como devem usar o termo relevante. Observe, no entanto, que para uma teoria externalista de conteúdo linguístico, re-analisar esse caso como uma disputa canônica sobre a verdade do conteúdo expresso literalmente seria colapsar as diferenças entre dois dialetos totalmente distintos do inglês. Uma coisa é dizer que fatores externos conspiram para manter o significado constante nos casos em que há pequenas diferenças ou mudanças graduais no uso. Outra coisa é dizer o mesmo quando há diferenças de uso profundas, sistemáticas e em toda a comunidade. O caso sobre ‘atleta’ e o caso sobre ‘chips’ têm exatamente a mesma estrutura. Mas nenhuma forma plausível de externalismo é forte o suficiente para absorver casos de negociação metalinguística entre falantes de dialetos distintos e mutuamente compreensíveis. Portanto, qualquer teórico, externalista ou não, deve ter em seu conjunto de ferramentas os recursos para descrever as negociações metalinguísticas.

Embora os casos sejam um pouco diferentes, considerações semelhantes se aplicam ao caso do externalista de contexto. Aqui, para que a resposta do externalista de contexto tenha força, é preciso primeiro concordar que a terminologia relevante é de fato sensível ao contexto - caso contrário, a dependência de itens linguísticos sensíveis ao contexto em características objetivas do contexto conversacional seria discutível. Tendo observado isso, a resposta ao desafio do externalismo de contexto é totalmente paralela à resposta ao externalista de conteúdo. Assim como as negociações metalinguísticas sobre o caráter podem ocorrer em diferenças de dialeto, também podem ocorrer disputas metalinguísticas sobre configurações de parâmetros (e, portanto, conteúdos) entre contextos.

Por exemplo, se supusermos que o contextualismo sobre ‘sabe’ é verdadeiro, devemos ser capazes de oferecer alguma explicação para o desacordo entre contextos sobre atribuições de conhecimento. A análise metalinguística está pronta para esse tipo de caso: o falante no contexto de padrões altos critica o falante no contexto de padrões baixos, não por expressar literalmente uma proposição falsa, mas por empregar padrões epistêmicos excessivamente frouxos.<sup>51</sup> E uma coisa é supor, nos casos em que os falantes têm crenças ligeiramente diferentes sobre seu ambiente de conversação compartilhado, que as características objetivas do contexto conspiram para manter constantes as configurações dos parâmetros contextu-

<sup>51</sup> Chrisman (2007) faz uma observação relevantemente semelhante sobre a mesma questão.

ais. Outra coisa é dizer o mesmo nos casos em que os falantes são participantes de contextos conversacionais totalmente distintos. Dada a necessidade de separar contextos conversacionais distintos - um requisito para defender o contextualismo em primeiro lugar - devemos ser capazes de descrever certas disputas envolvendo terminologia sensível ao contexto como metalinguísticas. A questão, como antes, é simplesmente saber até onde o fenômeno se estende.

É claro, alguns podem não aceitar essa análise em particular dos desacordos sobre as atribuições de conhecimento. O contextualismo sobre 'sabe' não é uma visão consensual. Na verdade, pode-se rejeitar o contextualismo epistêmico precisamente com base em desacordos entre contextos sobre atribuições de conhecimento. Mas lembre-se de que a objeção em consideração aqui é levantada pelo externalista acerca do *contexto*. Essa objeção só funciona se, em primeiro lugar, concedermos que as expressões em questão são sensíveis ao contexto e, em seguida, apresentarmos que as características objetivas do contexto conversacional conspiram para manter fixas as configurações de parâmetros relevantes. Assim, para o defensor da objeção externalista com respeito ao contexto, esse movimento - a rejeição da sensibilidade ao contexto por completo - não está disponível. De fato, em geral, argumentos baseados em desacordo do tipo que consideramos neste artigo são usados *contra* contextualismos de vários tipos.<sup>52</sup> Assim, para um defensor desses argumentos, fazer uso da objeção contexto-externalista é, em muitos casos, já ter desistido do jogo.

Tanto o externalista sobre o conteúdo quanto o externalista sobre o contexto exigirão a análise metalinguística para certos casos de desacordo - certos desacordos entre falantes de dialetos mutuamente compreensíveis ou certos desacordos em diferentes contextos de conversação. A questão, então, é simplesmente quantos desacordos que, *prima facie*, são suscetíveis a esse tipo de análise são, de fato, melhor analisados como metalinguísticos. Uma vez que a negociação metalinguística está em pauta, achamos bastante natural pensar que ela se estende ao tipo de casos considerados acima. De qualquer forma, traçar a linha em algum ponto intermediário e fazer com que essa linha não pareça desqualificar arbitrariamente exigiria argumentação séria de um tipo que não aparece nos argumentos baseados em desacordo que consideramos.

---

<sup>52</sup> Ver, por exemplo, Richard (2004), MacFarlane (2007), Smith (1994), Boghossian (2006), Egan (2006) e Gibbard (1990).

## §6.2. Objeção 2: Termos Normativos ou Avaliativos Básicos

Neste artigo, defendemos a viabilidade da análise metalinguística de uma série de disputas normativas e avaliativas. Essas disputas são, em nosso sentido, não canônicas. Uma questão remanescente diz respeito a uma diferença entre os *tipos* de termos normativos e avaliativos. Em alguns casos, pode haver motivos para pensar que a disputa em questão é canônica, no fim das contas, com base no papel explicativo que certos termos normativos e avaliativos têm para explicar o significado de outros termos normativos e avaliativos.

Em algumas concepções de semântica normativa e avaliativa, os significados de alguns termos normativos e avaliativos são analisados em termos dos significados de outros termos normativos e avaliativos. Chamamos os termos que são analisados dessa forma de *não-básicos*. Por exemplo, em um caso de explicação do significado de ‘bondade’, ‘bondade’ seria um termo avaliativo não-básico. Em contraste, algumas expressões normativas ou avaliativas *não* serão analisadas em termos de outros termos normativos ou avaliativos. Chamamos essas expressões de termos normativos ou avaliativos *básicos*.<sup>53</sup> Por exemplo, em algumas teorias semânticas, a ‘racionalidade’ será analisada em termos de ‘bondade’ e, por sua vez, a ‘bondade’ não será analisada em termos de nenhum outro termo normativo ou avaliativo. Nessas teorias, ‘bondade’ é um termo básico, enquanto ‘racionalidade’ é não-básico (ver, por exemplo, Railton 2003). Em outras teorias, entretanto, é exatamente o contrário (Ver, por exemplo, Gibbard 1990).

A análise metalinguística tem suas implicações mais claras e marcantes para o trabalho sobre a semântica de termos normativos e avaliativos *não-básicos*, termos como ‘tortura’, ‘atleta’ e ‘obrigação moral’. Em contraste, a situação com termos normativos ou avaliativos básicos é mais complexa. Para ver por que, considere que as negociações metalinguísticas que discutimos envolvem desacordos sobre quais conceitos *devemos* usar ou como *temos que* usar as palavras. Agora suponha

---

<sup>53</sup> A distinção entre termos normativos (ou avaliativos) básicos e não-básicos se estende aos *conceitos* normativos (ou avaliativos) básicos e não-básicos. No entanto, como nosso foco está na semântica, e não em questões sobre o conteúdo dos pensamentos, colocamos a distinção aqui em termos de palavras e não de conceitos. Também é possível usar a distinção básico/não-básico para marcar o mesmo tipo de distinção entre outras coisas. Por exemplo, pode-se usá-la para marcar uma distinção entre propriedades normativas (ou avaliativas) ou entre fatos normativos (ou avaliativos).

que não estejamos fazendo essas perguntas sobre termos como ‘obrigação moral’, ‘coerção’ ou ‘cruel’, mas sim sobre termos normativos supostamente básicos como ‘deve’ ou ‘tem que’. Se for esse o caso, então a pergunta que estamos fazendo se torna, sem dúvida, auto-reflexiva: “como devemos usar o conceito DEVE?”<sup>54</sup> Nesses casos, um enunciado sobre formas não-canônicas de disputa que abordamos exigirá a expressão do próprio conceito que está em debate. Por causa disso, parece que, para dar sentido ao desacordo, é preciso considerar que a disputa é canônica - a alternativa simplesmente não pode ser declarada de forma coerente, porque os termos necessários para declará-la não são estáveis. Assim, talvez desacordos genuínos envolvendo termos normativos ou avaliativos básicos - sejam eles quais forem - devam ser canônicos e, portanto, os significados desses termos em particular devem ser compartilhados para que um desacordo seja genuíno.

Esse tipo de argumento pode dar alguma força ao exemplo original dos canibais e missionários de Hare, desde que pensemos nele em termos de “bondade” *simpliciter*, em oposição a algo mais específico, como “bondade moral”.<sup>55</sup> O mesmo pode ser verdade para alguns dos termos morais usados por terráqueos e gêmeo-terráqueos. Além disso, acreditamos que esse tipo de uso restrito de um argumento baseado em desacordo é o que empresta grande parte do apelo aos argumentos baseados em desacordo para várias formas de não-cognitivismos sobre termos normativos ou avaliativos básicos, como os tipos de argumentos baseados em desacordo para o expressivismo que estão no centro de alguns dos principais argumentos de Allan Gibbard para o expressivismo em *Wise Choices, Apt Feelings e Thinking How to Live*.<sup>56</sup> Acreditamos que vale a pena explorar mais detalhadamente essa versão mais restrita (e mais sofisticada) do argumento baseado no desacordo. Entretanto, há vários pontos importantes que devem ser ressaltados sobre essa possibilidade.

O primeiro ponto é simplesmente que essa versão mais sofisticada do argumento baseado em desacordo, mesmo que pudesse funcionar, tem um escopo muito

<sup>54</sup> Neste artigo, seguimos uma convenção padrão e designamos os conceitos com smallcaps. Sobre essa convenção, consulte Margolis e Laurence (1999).

<sup>55</sup> O próprio Hare é enfático ao dizer que sua escolha de se concentrar nas “palavras-sobre-valor mais simples, mais típicas e mais gerais” é puramente para “simplicidade de exposição” e, portanto, seria improvável que ele seguisse esse caminho (Hare 1991, 80).

<sup>56</sup> Consulte os capítulos iniciais de Gibbard (1990) e Gibbard (2003). Gibbard endossa a distinção que chamamos de “básico” vs. “não-básico”. No entanto, ele não mostra sinais de pensar que a distinção é relevante para a aplicabilidade de argumentos baseados em desacordo, pois emprega esses argumentos indiscriminadamente para termos que, para ele, são básicos e para aqueles que não são. Ainda assim, uma compreensão intuitiva da força especial dos argumentos baseados em desacordo quando aplicados a termos básicos pode ser a razão pela qual seus argumentos sobre esses termos parecem tão convincentes.

mais limitado do que os argumentos baseados em desacordo normalmente oferecidos na literatura. Na prática, os proponentes da forma de argumento baseada em desacordo têm aplicado livremente versões desse argumento a termos normativos e avaliativos não-básicos. Por exemplo, veja o caso de Gibbard. Gibbard não apenas usa um argumento baseado em desacordo para conclusões sobre a semântica de termos normativos e avaliativos básicos (a base de seu expressivismo), mas também usa a mesma forma de argumento baseado em desacordo para termos que ele mesmo considera *não*-básicos (como ‘moralidade’ e ‘certo e errado moral’ - ver, por exemplo, Gibbard 1992). Ou considere o caso de Lasersohn que apresentamos no início do §2 - um caso em que Lasersohn usa um argumento baseado em desacordo para conclusões sobre a semântica de ‘diversão’. Lasersohn dificilmente quer sugerir que ‘diversão’ é um termo básico do ponto de vista da explicação, uma afirmação que seria questionável por si só. Assim, mesmo que a forma mais sofisticada de argumento baseado em desacordo que estamos considerando aqui esteja no caminho certo - uma forma de argumento que restringe a classe de termos a termos explicativamente básicos - isso não contribui em nada para apoiar *muitas* aplicações da forma de argumento baseado em desacordo que visamos.

Para reforçar esse ponto, considere o caso da explicação de Gibbard sobre termos normativos e avaliativos não-básicos, como ‘idiota’ ou ‘erro moral’, os quais exemplificam um padrão comum de explicação de tais termos entre os expressivistas. A história que Gibbard apresenta aqui - que permanece basicamente a mesma desde *Wise Choices, Apt Feelings* até *Thinking How to Live* - é mais ou menos a seguinte: o significado de termos normativos e avaliativos não-básicos explicativos consiste, em última análise, em uma combinação do termo normativo mais básico explicativo (que, para Gibbard, é algo como ‘a coisa a fazer’) com outras condições descritivas de aplicação tais e tais (ver Gibbard 1990; 1992; 2003). É o primeiro componente que é o núcleo normativo central para Gibbard - é o fato de ter esse núcleo que torna um termo normativo. Esse núcleo é o que recebe a análise expressivista e que é a principal preocupação da maior parte do trabalho de Gibbard. Agora, suponha que Gibbard seja capaz de executar uma versão mais sofisticada do argumento baseado em desacordo para o que quer que ele pense ser o termo normativo básico para a explicação que, em última análise, importa aqui (por exemplo, ‘racional’, ‘o que fazer’ ou ‘deve’). Mesmo que esse argumento funcione, isso

só diz a você algo sobre o significado de *um* termo normativo ou avaliativo. Para todos os outros termos, supondo que o padrão básico de Gibbard para explicar seu significado esteja no caminho certo, você só saberá algo sobre um componente de seu significado (a saber, o núcleo normativo), mas não sobre a outra parte (as condições descritivas de aplicação). Se alguém pretende explicar termos não-básicos de forma explicativa da maneira que Gibbard faz, essa *outra parte* é crucial para explicar o significado de termos não-básicos de forma explicativa.

Gibbard usa argumentos baseados em desacordo - essencialmente da mesma forma que ele usa para resolver a primeira parte, normativa - para resolver essa outra parte do significado de termos normativos e avaliativos não-básicos explicativos (ver, por exemplo, Gibbard 1990; 1992). Mas, se nosso argumento neste artigo estiver certo, então seus argumentos aqui estão em sérios problemas. E guardar o argumento baseado no desacordo para os termos normativos mais básicos para a explicação não mudará isso, mesmo que Gibbard esteja certo de que *um componente* do significado de termos normativos e avaliativos não-básicos para a explicação seja um núcleo normativo central (que é um único termo normativo básico para a explicação). Assim, mesmo que a versão mais restrita do argumento baseado em desacordo esteja no caminho certo, ela deixa intocada uma parte muito grande da semântica normativa e avaliativa.

O segundo ponto é que essa versão mais sofisticada do argumento exigiria muito mais preparação e argumentação do que é normalmente oferecido. Afinal, para usá-lo *efetivamente* para estabelecer o significado de um determinado termo normativo ou avaliativo (em vez de simplesmente os termos explicativos básicos normativos e avaliativos, *sejam eles quais forem*), é preciso primeiro estabelecer quais termos normativos e avaliativos são de fato básicos, uma questão que permanece totalmente sem solução. Isso é, em parte, um reflexo da ampla gama de visões que os teóricos da metaética têm sobre quais *conceitos* são mais básicos do ponto de vista explicativo. Por exemplo, alguns relatos (como o de Gibbard em *Wise Choices, Apt Feelings*) buscam entender o significado de todos os conceitos normativos e avaliativos em termos de um único conceito normativo básico, como o conceito RACIONAL ou o conceito GARANTIA (ver Gibbard 1990; 2003). Numa visão como essa, o conceito BONDADE é analisado em termos de RACIONAL. Em contraste, outros entendimentos (como o de Peter Railton) buscam compreender a noção

avaliativa de valor como anterior à das noções normativas, como GARANTIA (ver Railton 2003). Outras visões ainda (como a de Ralph Wedgwood em *The Nature of Normativity*) sustentam que há vários conceitos normativos e avaliativos básicos que se inter-definem - ou, pelo menos, nenhum deles pode ser visto como mais básico do que os outros (ver Wedgwood 2007). Esse fato da diversidade de pontos de vista aqui sugere que não se pode tomar como certo *quais* termos normativos ou avaliativos são básicos. Obviamente, descobrir quais termos são básicos nesse sentido não é uma tarefa fácil. E, além disso, é precisamente o tipo de tarefa que, em nossa opinião, não pode ser realizada isoladamente do pensamento sobre a possibilidade de que disputas envolvendo esses termos não sejam canônicas. Isso, portanto, bloqueia uma justificativa rápida para concluir que os falantes querem dizer as mesmas coisas com um termo normativo ou avaliativo específico (como ‘bom’ ou ‘certo’) que *parece* ser básico. E, se isso estiver certo, então os argumentos baseados no desacordo, mesmo *apenas* para os termos normativos e avaliativos mais explicitamente básicos - como os argumentos baseados no desacordo de Gibbard para o expressivismo - são, de fato, muito mais complicados de se fazer do que normalmente se pensa, e não podem ser feitos efetivamente para termos normativos e avaliativos específicos (por exemplo, ‘deve’, ‘bom’, ‘obrigação’ etc.) sem considerar seriamente a opção metalinguística que apresentamos aqui. Ou seja: mesmo que o argumento baseado no desacordo restrito seja útil para estabelecer algo sobre os termos normativos e avaliativos básicos para a explicação (sejam eles quais forem), ele não nos ajudará muito a realmente fazer a semântica de termos especificados reais, como ‘deve’, ‘bom’ ou ‘obrigação’.<sup>57</sup>

<sup>57</sup> Duas coisas a serem observadas aqui. Primeiro, esse resultado pode não causar muitos problemas para aqueles que querem usar um argumento baseado em desacordo para chegar a conclusões sobre *conceitos* compartilhados e sem se preocupar com o que isso significa (se é que significa alguma coisa) para a semântica de qualquer termo específico. Os principais argumentos de Gibbard (2003) são, sem dúvida, melhor lidos dessa forma. No entanto, como deixamos claro ao longo do texto, nosso foco neste artigo são os argumentos baseados em desacordo para chegar a *conclusões* semânticas, argumentos que Gibbard também apresenta, especialmente em seu trabalho anterior. A questão dos argumentos baseados em desacordo para obter conclusões sobre *conceitos* compartilhados é um tópico diferente, que planejamos explorar em trabalhos futuros. Em segundo lugar, talvez haja outra opção para explicar as disputas que envolvem termos normativos e avaliativos básicos. Seria conceder que essas disputas metalinguísticas são sobre alguma questão previamente não estabelecida, mas insistir que identificamos a questão errada. Nessa frente, pode-se insistir que essas disputas não são sobre um tópico normativo na ética conceitual sobre qual conceito deve ser usado, mas sim sobre um tópico ligeiramente diferente: a saber, qual conceito usar. Essa é uma alternativa realmente viável? Será que é mesmo uma alternativa? Parte da resposta dependerá de qual é a história metanormativa correta sobre como as perguntas sobre *o que fazer* estão relacionadas ao pensamento normativo sobre o que se *deve* fazer. Talvez, por exemplo, Gibbard (2003) esteja certo ao afirmar que o último deve ser analisado em termos do primeiro. Ou, de forma menos forte, talvez não seja possível avançar seriamente em uma visão sobre qual conceito usar (pelo menos nos contextos

### §6.3. Objeção 3: Negação Metalinguística

Deixando de lado as questões filosóficas sobre a natureza do desacordo, uma análise metalinguística pode fazer as previsões empíricas corretas sobre os fenômenos linguísticos? Ela pode prever que a negação é licenciada nas disputas em questão? Ela pode prever que o *tipo certo* de negação é licenciado? Uma coisa que está clara é que as disputas canônicas comuns licenciam um movimento conversacional específico: a negação linguística. Em inglês, o ato de fala da negação pode ser marcado com expressões como ‘nuh uh’, ‘nope’ e variações de ‘no it isn’t’. Para muitos linguistas e filósofos, o fato de a negação linguística ser ou não feliz é um fator crucial nas discussões sobre desacordo. De fato, para alguns, é o fator crucial. Por exemplo, Tamina Stephenson escreve

Devo esclarecer que, quando digo que o desacordo é possível em um determinado diálogo, quero dizer que expressões como *no (it isn’t)* e *nuh-uh* são permitidas. Não quero dizer que temos uma intuição de que os falantes discordam de algo, o que pode ser um fenômeno mais amplo. Também não quero dizer que o desacordo seja necessariamente racional ou sensato. Os diálogos [sobre gosto] são apenas o tipo de argumento que muitas vezes é apontado como fútil, já que os gostos das pessoas simplesmente diferem. Essa não é minha preocupação. O único fato que importa para meus propósitos é que esses diálogos podem ocorrer e ocorrem - com frequência suficiente, na verdade, para nos dar ampla oportunidade de perceber sua futilidade. (Stephenson 2007, 493)

Como Stephenson aponta, as disputas sobre gosto claramente permitem a negação linguística. O mesmo acontece com todas as outras disputas normativas e avaliativas que consideramos aqui. As disputas canônicas obviamente permitem o uso das expressões mencionadas por Stephenson. Mas propusemos uma análise diferente de pelo menos algumas dessas disputas. Nossa análise pode prever que a negação é licenciada nos casos relevantes?

Em um primeiro momento, o problema não parece ser sério. Se alguém estiver persuadido de que exemplos como a disputa sobre o chili ou a disputa sobre o

---

relevantes que importam para esta discussão) sem ter algum tipo de visão normativa ou avaliativa sobre os méritos de usar esse conceito para os fins em questão. De qualquer forma, deixamos essa ideia de lado, já que não precisamos recorrer a ela para avançar em nossa linha principal de argumentação. De modo mais geral, deve-se enfatizar que apoiamos totalmente aqueles que desejam fornecer uma taxonomia mais refinada das disputas metalinguísticas do que a que fizemos neste documento. Acreditamos que há muito mais trabalho a ser feito nesse front.

Secretariat são disputas metalinguísticas, então deve simplesmente ser reconhecido como um dado que as disputas metalinguísticas (incluindo negociações metalinguísticas) não licenciam negação. Se uma análise metalinguística é proposta para algum tipo de disputa, então ela postula que essa disputa é *como o caso chili* ou *como o caso Secretariat*. Como nesses casos a negação é licenciada, então uma análise que alega que alguma outra disputa é relevantemente semelhante é perfeitamente capaz de prever a felicidade da negação nesses casos.

Dito isso, podemos nos perguntar se não há um teste ainda mais refinado nas vizinhanças. Considere que, em disputas metalinguísticas, os falantes discordam do conteúdo comunicado por seus interlocutores, mas *não* do conteúdo literalmente expresso. Dada essa característica das disputas, podemos nos perguntar por que elas não licenciam a negação metalinguística no sentido que Horn discute em *A Natural History of Negation* (Horn 1989).<sup>58</sup> A negação metalinguística é um movimento linguístico especial - na teoria de Horn, a exploração de uma ambiguidade pragmática no operador de negação - que permite que os falantes se oponham a alguma característica de um proferimento que não seja seu conteúdo semântico literal. Por exemplo, em resposta a (10a), um interlocutor pode responder com (10b) se achar que a proposição expressa em (10a) é falsa. Mas ela também poderia responder com (10c).

(10)

---

<sup>58</sup> Nem todos concordam que a negação metalinguística é um fenômeno genuinamente distinto (veja van der Sandt e Meier 2003). Se isso fosse verdade, nosso caso seria mais fácil de ser defendido, portanto, não nos favorecemos com a análise de Horn a esse respeito. Em uma série importante de trabalhos, Robyn Carston, por exemplo, argumenta que, embora haja usos distintos da linguagem a serem observados nas negações metalinguísticas, eles não se alinham com a categoria escolhida por Horn e são melhor analisados de outras maneiras (ver Carston 1996, Carston e Noh 1996, e Carston 2002, entre outros). Em particular, Carston (1) contesta a afirmação de Horn de que o operador de negação é ambíguo em qualquer sentido e (2) argumenta que o que é crucial para as negações metalinguísticas é um fenômeno mais geral, ou seja, o uso “ecóico” de uma expressão, no sentido de (Sperber e Wilson 1995). Um tratamento completo da visão de Carston (muito menos a literatura completa sobre esse tópico) está além do escopo deste artigo. Mas observamos que, sem uma forte suposição adicional - a saber, que qualquer negação que seja, de alguma forma, “metalinguística” deve ser prevista como sendo também ecóica - essas expressões (na análise de Carston) não apresentam nenhum problema específico para nossa análise. As negociações metalinguísticas não parecem envolver usos ecóicos. Somente quando combinadas com essa suposição adicional, isso sugeriria que elas não são metalinguísticas, afinal. Não vemos razão para pensar que essa suposição adicional seja verdadeira, e não há razão para atribuir tal suposição a Carston, que observa que “citações, ecos e outras representações empregadas para outros fins que não se refiram a, ou descrevam, aspectos de situações no mundo são elementos muito comuns da comunicação verbal em geral”, e que “... esse uso não descritivo de uma representação pode ou não ser abertamente sinalizado” (Carston 2002, 299). Assim, ao abordar a análise de Horn especificamente, abordamos a preocupação potencial em sua forma mais preocupante.

- (a) John viu alguns de seus alunos na festa.
- (b) Nuh uh, seus alunos estavam todos em uma festa diferente.
- (c) John não viu *alguns* de seus alunos na festa; ele viu *todos* eles!

Em (10c), a negação metalinguística fornece ao falante uma maneira de indicar desacordo, não com a proposição afirmada, mas com uma proposição implicada, a saber, que John não viu todos os seus alunos na festa. Mas os alvos da negação metalinguística não se limitam à implicatura. A negação metalinguística pode ter como alvo informações comunicadas ao longo de praticamente qualquer dimensão não literal, incluindo pressuposições (“Ele não *se arrepende* de ter ido à festa; ele nunca foi!”), conotações ou outras características da escolha de palavras (“Ele não é um *canuck* inteligente, ele é um *canadense* inteligente!”) ou até mesmo a pronúncia (“Ela não tem como alvo a [pro-nun-cia], ela tem como alvo a [pro-nún-cia]!”).

As negações metalinguísticas têm, de acordo com Horn, certos marcadores distintivos. Elas tendem a vir em sequências que consistem em um componente de negação (“Ela não é *esperta*...”) e um componente de correção (“Ela é um *gênio*!”). As expressões relevantes são marcadas com entonação de foco. (A ênfase distinta colocada em ‘esperta’ e ‘gênio’.) Elas não toleram a incorporação morfológica da negação da maneira usual:

(11) Ele não está *feliz*; ele está em êxtase!

(12) #Ele está *infeliz*; ele está em êxtase!<sup>59</sup>

E, finalmente, as próprias negações não licenciam itens de polaridade negativa da maneira usual.

(13) #John não viu *alguns* de seus alunos no bar; ele viu *todos* eles lá!

Cada uma dessas características das negações metalinguísticas serve, segundo Horn, para diferenciá-las como uma classe das negações descritivas comuns do tipo que aparecem em disputas típicas sobre a verdade do conteúdo proposicional literalmente expresso. Assim, como as disputas metalinguísticas não dizem respeito

---

<sup>59</sup> Seguimos a convenção padrão da linguística ao usar o sinal “#” para marcar a infelicidade.

à verdade do conteúdo expresso literalmente, talvez devêssemos esperar que elas licenciassem a negação metalinguística.

No entanto, não se dá essa diferença entre as negações em disputas canônicas e aquelas que são licenciadas em disputas metalinguísticas. Pense nas negações que são licenciadas nas disputas que chamamos de metalinguísticas. (“Nuh uh, Secretariat não é um atleta.”) Essas negações não mostram nenhum dos sinais de negação metalinguística. As negações nesses contextos não mostram nenhuma pressão para aparecer na forma de uma sequência de negação-correção; elas não exigem entonação especial; toleram alegremente a incorporação morfológica da negação (“Nuh uh, Secretariat is a non-athlete!”) e, se houver itens de polaridade na frase, elas se comportam de todas as maneiras usuais. (Por exemplo, no licenciamento típico do NPI ‘nunca’ em (14b)).

(14)

(a) Secretariat sempre foi um atleta.

(b) Não, Secretariat *nunca* foi um atleta; ‘atleta’ só se aplica a pessoas!

O fato de essa disputa não licenciar a negação metalinguística mostra por que o apelo à negação metalinguística não pode servir como um teste rápido para separar as disputas canônicas das metalinguísticas. No entanto, isso também cria um problema em potencial para nossa análise.

Disputas sobre informações de quase todos os outros tipos de conteúdo não literais - implicatura, pressuposição, conotação e até mesmo maneira - todas permitem a negação metalinguística. Esse padrão pode naturalmente levar alguém a pensar que a análise metalinguística das disputas do tipo chili e Secretariat está comprometida com a falsa previsão de que essas disputas *devem* permitir a negação metalinguística, quando, na verdade, as negações que elas permitem parecem empregar negações descritivas perfeitamente comuns. Então, talvez o fracasso dessas disputas em licenciar a negação metalinguística seja uma razão para pensar que as disputas em si não são metalinguísticas, afinal de contas!

No entanto, uma análise mais cuidadosa dos detalhes da negação metalinguística revela que, de fato, essa previsão não é gerada. Para ver o porquê, considere um caso de implicatura de relevância:

(15) Sally foi capaz de resolver o problema.

Em (15), a proposição literalmente expressa é que Sally tinha a capacidade de resolver o problema. O que está implícito, é claro, é que Sally de fato resolveu o problema. Mas suponha que um ouvinte se oponha a (15), não por discordar do conteúdo literal. (Ela *concorda* que Sally tinha a capacidade de resolver o problema.) Em vez disso, nossa interlocutora discorda do conteúdo implícito, que Sally de fato resolveu o problema. Esse deve ser um caso ideal para a negação metalinguística. Mesmo nessa posição, entretanto, nossa interlocutora não pode responder usando a negação metalinguística:

(16) #Sally não foi *capaz* de resolver o problema; ela não o resolveu.

Seja qual for o seu significado, (16) não pode ser lida como se dissesse que Sally era capaz de resolver o problema, mas se absteve de resolvê-lo por outros motivos. O melhor que nosso interlocutor pode fazer ao objetar a (15) é empregar a negação descritiva comum como se estivesse respondendo ao conteúdo literal.

Por que as implicaturas de relevância não licenciam a negação metalinguística em situações exatamente paralelas àquelas em que implicaturas de outros tipos licenciam a negação metalinguística? Horn argumenta que a razão diz respeito à relação lógica entre os dois componentes das negações metalinguísticas típicas. Essa relação é a inconsistência. Considere novamente a negação metalinguística em (10c).

(10)

(c) John não viu *alguns* de seus alunos na festa; ele viu *todos* eles!

Se o componente de negação e o componente de correção dessa sequência fossem interpretados descritivamente, os dois seriam logicamente inconsistentes. Se John não viu alguns de seus alunos na festa, então ele não poderia ter visto todos eles lá. Da mesma forma, se ele não está feliz, não pode estar extasiado, e se Sally não é inteligente, não pode ser um gênio.

A sugestão de Horn é que essa é a característica da negação metalinguística que permite que ela ocorra. Quando um ouvinte tenta analisar a sequência descritivamente, ele percebe imediatamente que, se ela fosse lida dessa forma, o falante teria dito algo contraditório. Isso força o ouvinte a voltar atrás e a reformular o

componente de negação de modo que a negação se ligue a alguma característica do proferimento que não seja seu conteúdo literal. Entretanto, se não houver inconsistência entre os componentes de negação e correção da sequência, mesmo em uma leitura descritiva, não será necessário reparar e a negação metalinguística será impossível. A razão pela qual a negação metalinguística não é licenciada em negações de implicaturas de relevância é que não há inconsistência entre uma negação descritiva comum da expressão proferida e a correção do conteúdo implicado: Mesmo em uma leitura perfeitamente comum da negação, não há inconsistência em dizer que Sally não foi capaz de resolver o problema e dizer que ela não resolveu o problema.

Para nós, o que é crucial nessa explicação é que ela se aplica igualmente bem a negações no contexto de disputas metalinguísticas. Considere novamente uma disputa sobre implicatura de relevância:

(17)

(a) Sally foi capaz de resolver o problema.

(b) Sally não foi capaz de resolver o problema; ela não o resolveu.

(17b) não pode ser interpretada como empregando negação metalinguística porque o componente de negação e o componente de correção são consistentes, mesmo em uma leitura descritiva da negação. Essa é exatamente a mesma estrutura das negações em disputas metalinguísticas:

(18)

(a) Secretariat é um atleta.

(b) Secretariat não é um atleta; 'atleta' só pode se aplicar a humanos.

Qualquer que sejam suas verdades efetivas, as proposições de que Secretariat não é um atleta e que 'atleta' só pode ser predicado de humanos são inteiramente consistentes. Assim, mesmo que o falante de (18b) seja corretamente interpretado como objetando a alguma característica de (18a) que não seja seu conteúdo semântico literal, ela não pode expressar essa objeção por meio do uso

da negação metalinguística. A negação metalinguística nunca é licenciada em negações com essa estrutura.

As negações que aparecem em disputas metalinguísticas são logicamente padronizadas com negações de implicaturas de relevância e não com negações de outros tipos de implicaturas ou outras características não semânticas de um proferimento. Assim, uma análise dessas disputas como metalinguísticas não está, de forma alguma, comprometida com a falsa previsão de que elas devem licenciar a negação metalinguística. Uma análise metalinguística das disputas do tipo *chili e Secretariat* prevê que elas devem permitir negações descritivas perfeitamente comuns. E essa é exatamente a previsão correta a ser feita.

Esse argumento sobre a negação metalinguística ressalta um tema geral deste artigo. Argumentamos que as negociações metalinguísticas sobre termos normativos ou avaliativos são capazes de instanciar muitas das propriedades que os teóricos tendem a associar a disputas canônicas envolvendo termos normativos ou avaliativos. Por exemplo: elas são capazes de expressar desacordos genuínos; elas podem valer muito a pena (em vários sentidos de “valer a pena”); os falantes envolvidos em tais negociações se consideram em desacordo de maneiras perfeitamente comuns; e elas permitem a negação descritiva comum - em vez de metalinguística. Assim, alguém poderia perguntar: como, então, podemos dizer se uma disputa é uma negociação metalinguística ou uma disputa canônica? Não há uma resposta simples para essa pergunta. É importante ressaltar que não há como respondê-la abstraindo de uma visão mais geral de como fazer semântica - o que incluirá, de forma crucial, questões sobre como entender a fronteira semântica/pragmática.

Diferentes teóricos com diferentes compromissos nessa frente terão diferentes respostas sobre como distinguir disputas canônicas de negociações metalinguísticas. Não oferecemos nenhuma resposta rápida ou fácil para isso, nem ninguém poderia oferecer sem se aprofundar nos detalhes de um caso específico e oferecer seu próprio pacote de semântica e pragmática. Em vez disso, se nosso trabalho neste artigo estiver no caminho certo, esperamos ter convencido aqueles que trabalham com a semântica de termos normativos e avaliativos de que essa é uma pergunta que deve ser feita.

## REFERÊNCIAS

- AYER, A.J. 1971. *Language, Truth, and Logic*. New York: Penguin Books.
- BARKER, Chris. 2002. The dynamics of vagueness. *Linguistics and Philosophy*, 25, 1-36. *Linguistics and Philosophy* 25:1-36.
- BARKER. 2013. Negotiating Taste. *Inquiry* 56 (2-3):240-257.
- BJÖRNSSON, Gunnar, and Stephen Finlay. 2010. Metaethical Contextualism Defended. *Ethics* 121 (1):7-36.
- BOGHOSSIAN, Paul Artin. 2006. *Fear of Knowledge: Against Relativism and Constructivism*. Oxford: Oxford University Press.
- BURGE, Tyler. 1979. Sinning Against Frege. *The Philosophical Review* 88:398-432.
- BURGESS, Alexis, and David PLUNKETT. 2013a. Conceptual Ethics I. *Philosophy Compass* 8 (12), 1091-1101.
- BURGESS. 2013b. Conceptual Ethics II. *Philosophy Compass* 8 (12), 1102-1110.
- CAPPELEN, Herman, and John HAWTHORNE. 2009. *Relativism and Monadic Truth*. Oxford: Oxford University Press.
- CARSTON, Robyn. 1996. Metalinguistic negation and echoic use. *Journal of Pragmatics* 25:309-30.
- CARSTON. 2002. *Thoughts and utterances: the pragmatics of explicit communication*. Oxford: Blackwell.
- CARSTON, Robyn, and Eun-Ju NOH. 1996. Metalinguistic negation is truth-functional negation, with evidence from Korean. *Language Sciences* 18:485-504.
- CHALMERS, David J. 2011. Verbal Disputes. *Philosophical Review* 120 (4):515-566. **Tradução para o português:** Chalmers, David J. 2017. "Disputas verbais." Translated by Gregory Gaboardi. *Sképsis* 15:100-156. [https://www.skepsis.com.br/\\_files/ugd/da845c\\_c6cb0c85a3ce494eb98eab417fda0be5.pdf](https://www.skepsis.com.br/_files/ugd/da845c_c6cb0c85a3ce494eb98eab417fda0be5.pdf).
- CHIERCHIA, Gennaro. 2004. Polarity Phenomena and the Syntax/Pragmatics Interface. In *Structures and Beyond*, edited by A. Belletti. Oxford: Oxford University Press.
- CHRISMAN, Matthew. 2007. From Epistemic Contextualism to Epistemic Expressivism. *Philosophical Studies* 135 (2):225-254.
- COPP, David. 2000. Milk, Honey, and the Good Life on Moral Twin Earth. *Synthese* 124 (1):113-137.

- DARWALL, Stephen L. 2002. *Welfare and rational care*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- DARWALL, Stephen L., Allan GIBBARD, and Peter Albert RAILTON. 1997. Toward Fin de siècle Ethics: Some Trends. In *Moral Discourse and Practice: Some Philosophical Approaches*. New York: Oxford University Press.
- DEROSE, Keith. 2004. Single Scoreboard Semantics. *Philosophical Studies* 119 (1/2):1-21.
- DREIER, James. 1990. Internalism and Speaker Relativism. *Ethics* 101 (1):6-25.
- DWORKIN, Ronald. 2011. *Justice for Hedgehogs*. Cambridge: Harvard University Press.
- EGAN, Andy. 2006. Epistemic Modals, Relativism, and Assertion. *Philosophical Studies* 133 (1):1--22.
- EGAN. 2012. Relativist Dispositional Theories of Value. *The Southern Journal of Philosophy* 50 (4):557-582.
- EGAN, Andy, John HAWTHORNE, and Brian WEATHERSON. 2005. Epistemic Modals in Context. In *Contextualism in Philosophy*, edited by G. Preyer and G. Peter. Oxford: Oxford University Press.
- GIBBARD, Allan. 1990. *Wise Choices, Apt Feelings: A Theory of Normative Judgment*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- GIBBARD. 1992. Moral Concepts: Substance and Sentiment. *Philosophical Perspectives* 6:199-221.
- GIBBARD. 2003. *Thinking How to Live*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- HARE, R.M. 1991. *The Language of Morals*. Oxford: Oxford University Press. Tradução para o português: Hare, R. M. 1996. *A Linguagem da Moral*. Traduzido por Eduardo Peixoto Ferreira. Martins Fontes.
- HARMAN, Gilbert. 2000. *Explaining Value: And Other Essays in Moral Philosophy*. Oxford: Oxford University Press.
- HASLANGER, Sally. 2012. *Resisting Reality: Social Construction and Social Critique*. Oxford: Oxford University Press.
- HORGAN, Terry, and Mark Timmons. 1993. New Wave Moral Realism Meets Moral Twin Earth. In *Rationality, Morality, and Self-Interest*, edited by J. Heil. Lanham, Md.: Rowan and Littlefield Publishers.
- HORN, Laurence R. 1989. *A natural history of negation*. Chicago: University of Chicago Press.

KAPLAN, David. 1989. Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives. In *Themes From Kaplan*, ed. by J. Almog and J. Perry. Oxford: Oxford University Press.

KENNEDY, Chris. 2007. Vagueness and grammar: The semantics of relative and absolute gradable predicates. *Linguistics and Philosophy* 30 (1):1-45.

LASERSOHN, Peter. 2005. Context Dependence, Disagreement, and Predicates of Personal Taste. *Linguistics and Philosophy* 28 (6):643-686.

LEWIS, David. 1979. Scorekeeping in a Language Game. *Journal of Philosophical Logic* 8:339-59.

LUDLOW, Peter. 2008. Cheap contextualism. *Philosophical Issues* 18:104-129.

LUDLOW, Peter. 2014. *Living Words: Meaning Underdetermination and the Dynamic Lexicon*. Oxford: Oxford University Press.

MACFARLANE, John. 2007. Relativism and Disagreement. *Philosophical Studies* 132 (1):17-31.

MACFARLANE, John. 2014. *Assessment Sensitivity*. Oxford: Oxford University Press.

MANLEY, David. 2009. Introduction: A Guided of Metametaphysics. In *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*, edited by D. J. Chalmers, D. Manley and R. Wasserman. Oxford: Oxford University Press.

MARGOLIS, Eric, and Stephen LAURENCE. 1999. *Concepts: core readings*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

MERLI, David. 2002. Return to Moral Twin Earth. *Canadian Journal of Philosophy* 32 (2):207-240.

MOORE, G.E. 1970. The Nature of Moral Philosophy. In *Philosophical Studies*. London: Routledge and Kegan Paul Ltd.

MOORE. 1993. *Principia Ethica*. Cambridge: Cambridge University Press. **Tradução para o português:** Moore, George Edward. 1998. *Principia Ethica*. Traduzido por Márcio Pugliese and Divaldo Roque de Meira. São Paulo: Ícone.

PLUNKETT, David, and Tim SUNDELL. 2013. "Antipositivist Arguments from Legal Thought and Talk." In *Pragmatism, Law, and Language*, edited by Graham Hubbs and Douglas Lind, 56-. London: Routledge.

PLUNKETT, David, and Timothy SUNDELL. 2013. "Dworkin's Interpretivism and the Pragmatics of Legal Disputes." *Legal Theory* 19 (3): 242-81. <https://doi.org/10.1017/S1352325213000165>.

RAILTON, Peter. 2003. *Facts, Values, and Norms: Essays Toward a Morality of Consequence*. New York: Cambridge University Press.

RICHARD, Mark. 2004. Contextualism and Relativism. *Philosophical Studies* 119 (1):215-242.

RIDGE, Michael. 2014. *Impassioned Belief*. Oxford: Oxford University Press.

ROBINSON, Denis. 2009. "Moral Functionalism, Ethical Quasi-Relativism, and the Canberra Plan". In *Conceptual Analysis and Philosophical Naturalism*, edited by D. Braddon-Mitchell and R. Nola. Cambridge, MA: MIT Press/Bradford, pp. 315-348.

SIDER, Theodore. 2012. *Writing the Book of the World*. Oxford: Oxford University Press.

SMITH, Michael. 1994. *The Moral Problem*. Cambridge: Blackwell.

SPERBER, Dan, and Deirdre WILSON. 1995. *Relevance: Communication and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press.

STALNAKER, Robert. 1999. *Context and Content: Essays on Intentionality in Speech and Thought*. Oxford: Oxford University Press.

STEPHENSON, Tamina. 2007. Judge Dependence, Epistemic Modals, and Predicates of Personal Taste. *Linguistics and Philosophy* 30 (4):487-525.

STEVENSON, Charles L. 1937. The Emotive Meaning of Ethical Terms. *Mind* 46 (181):14-31.

STEVENSON. 1938. Persuasive Definitions. *Mind* 47 (187):331-350.

SUNDELL, Tim. 2011a. Disagreement, Error, and an Alternative to Reference Magnetism. *Australasian Journal of Philosophy* 90 (4):743-759.

SUNDELL. 2011b. Disagreements about taste. *Philosophical Studies* 155 (2):267-288.

U.S. Department of Justice, Office of the Assistant Attorney General. 2002. 'Memorandum for Alberto R. Gonzales, Counsel to the President, Re: Standards of Conduct for Interrogation under 18 U.S.C. xx 2340-2'

UNITED NATIONS, General Assembly. 1984. 'Convention Against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment.' United Nations, Treaty Series 1465.

VAN DER SANDT, Rob, and E MEIER. 2003. Denials in discourse. Paper read at Michigan linguistics and philosophy workshop (ms., University of Nijmegen).

VÄYRYNEN, Pekka. 2013. *The Lewd, the Rude and the Nasty: A Study of Thick Concepts in Ethics*. Oxford: Oxford University Press.

WEDGWOOD, Ralph. 2007. *The Nature of Normativity*. Oxford: Oxford University Press.